

LÍVIA DANIELA PINTO CARDOSO

**ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ- BELA VISTA DE GOIÁS: HISTÓRIA,
ASSISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO**

GOIÂNIA-GO

2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUACAO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUACAO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO

LÍVIA DANIELA PINTO CARDOSO

**ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ- BELA VISTA DE GOIÁS: HISTÓRIA,
ASSISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Professora Dra. Maria Esperança Fernandes Carneiro.

GOIÂNIA - GOIÁS

2014

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

Cardoso, Livia Daniela Pinto.
C268a Associação de São José- Bela Vista de Goiás;
História, assistência e emancipação [manuscrito] / Livia
Daniela Pinto Cardoso. – 2014.
100 f. : il.; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Programa de Mestrado em Educação,
2014.

“Orientadora: Profa. Dra Maria Esperança Fernandes
Carneiro”.

Bibliografia.

1. Educação – Assistência social. 2. Cidadania. I.
Título.

CDU 37(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO

LÍVIA DANIELA PINTO CARDOSO

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ - BELA VISTA DE GOIÁS: HISTÓRIA, ASSISTÊNCIA E
EMANCIPAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Professora Dr.^a Maria Esperança Fernandes Carneiro.

Aprovada em 30 de setembro de 2013

BANCA EXAMINADORA

.....
Prof.^a Doutora Maria Esperança Fernandes Carneiro (Orientadora)

.....
Prof. Doutor Marco Antônio de Carvalho (IF Goiano)

.....
Prof. Doutor José Maria Baldino (PUC Goiás)

À memória de Emílio Blanke. Um ser humano maravilhoso, que sonhava com uma sociedade mais justa e igualitária, baseada em valores éticos e políticos capazes de transformar a realidade; e durante toda a sua vida, lutou para a concretização desta sociedade.

AGRADECIMENTOS

Este é, para mim, o momento mais gratificante de todos, porque além de experimentar a maravilhosa sensação da tarefa cumprida, tenho a imensa satisfação de poder agradecer a tantos que me apoiaram durante o caminho percorrido. São eles:

À **Deus**, em primeiro lugar, pois ele é meu alicerce, a base em que estão estruturados todos os meus projetos de vida.

À professora **Profa. Dra. Maria Esperança Fernandes Carneiro**, pelas orientações metodológicas, incentivo e confiança nos momentos difíceis do meu trabalho como pesquisadora.

Aos Professores da Banca de Qualificação, **Prof. Dr. José Maria Baldino e Prof. Dr. Marco Antônio de Carvalho** pelas contribuições importantes que propiciaram o enriquecimento do meu trabalho.

À Profa. Mestre **Neide de Souza Almeida Rodrigues**, amiga e companheira de TODAS as horas!!! Obrigada pelos momentos mais que presentes!

À companheira de Mestrado **Marizeth**, obrigada pelo apoio e pelas valiosas conversas. Adorei conhecer você!

À tantos **amigos** que sempre me incentivaram, cujo os nomes não vou citar para não correr o risco de esquecer de alguém.

Aos meus **compadres e comadres** pela amizade e companheirismo nas horas mais difíceis da minha vida. Amo todos vocês!

A todos os **educadores, funcionários, crianças e Adolescentes** da Associação de São José, que tão bem me receberam.

Um agradecimento muito especial à **Maria Adélia Blanke**, pela dedicação e enorme colaboração na concretização desta pesquisa.

Aos meus **pais**, especialmente à minha **mãe** que sempre soube me apoiar e incentivar, dando-me toda força para continuar em frente. Sem dúvida, sem o seu amparo esse trabalho seria, por certo, muito mais difícil.

Aos meus amados filhos **Pedro e Amanda**. Razão maior do meu viver!

E Por último, a quem mais de perto acompanhou os meus momentos de desespero e sempre me incentivou a não desistir. Quem às vezes, reclamava das minhas ausências, mas no fim sempre entendia. Ao meu esposo **Wellington**, agradeço por acreditar no meu potencial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
 CAPÍTULO I	
CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA ECONÔMICA E EDUCACIONAL DO BRASIL NA DÉCADA DE 80	14
1.1 Contextualização	14
1.1.1 O problema do desemprego	18
1.1.2 A crise da Educação Formal e o fortalecimento da Educação não-formal como estratégia de resolução dos problemas sociais	20
1.1.3 A fome e as políticas de Segurança Alimentar	23
 CAPÍTULO II	
ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ: UMA HISTÓRIA DE ASSISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO	33
2.1 Contextualização do município de Bela Vista de Goiás	33
2.1.1 Perfil da Associação de São José	36
2.1.2 Associação de São José: uma proposta de Educação não-formal	38
2.1.3 Os protagonistas na criação da Associação de São José	39
2.1.4 Gestação da Associação de São José	42
2.1.5 Associação de São José e sua evolução histórica	44
2.1.6 Os três primeiros anos	46
2.1.7 Associação de São José- de 1990 a 1999	49
2.1.7.1 Projeto de Segurança Alimentar	49
2.1.7.2 Projeto de geração de renda	52
2.1.7.3 Projeto sócioeducativo	55
2.1.8 Projeto sócioeducativo e necessidade de formação dos Educadores	58
2.1.9 Auto- sustentação da Associação de São José	60
 CAPÍTULO III	
MUDANÇA DE RUMO DA ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ	64
3.1 Associação de São José a partir de 1999	64
3.1.1 Projeto de Educação Infantil	64

3.1.2 Projeto Gente Feliz	69
3.1.3 Associação de São José a partir do ano de 2008	73
3.2 Área Educacional	75
3.2.1 A Educação Infantil	75
3.2.2 Primeira fase do Ensino Fundamental	77
3.2.3 Projeto Gente Feliz	81
3.3 Área Cultural e de Assistência social	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
BIBLIOGRAFIA	94

LISTA DE SIGLAS

ASJ	- Associação de São José
BEM	- Bem Estar do Menor
CAMEFGO	- Casa do Menor Dom Fernando Gomes
CEB's	- Comunidades Eclesiais de Base
CF	- Constituição Federal
CLT	- Consolidação de Leis Trabalhistas
CME	- Coordenação da Mobilização Econômica
CNA	- Conselho Nacional de Alimentação
CONSEA	- Conselho Nacional de Segurança Alimentar
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
FAO	- Food and Agriculture Organization
ICCO	- International Maatschappelijk Verantwoord
INAN	- Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INN	- Instituto Nacional de Nutrição
IPMs	- Inquéritos policiais militares
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
NSV	- Niderlandse Stichting Vluchtelingen hulp: Fundação Holandesa de Ajuda a Fugitivos
OMS	- Organização Mundial de Saúde
ONGs	- Organizações Não Governamentais
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
SAPS	- Serviço de Alimentação da Previdência Social
SNV	- Netherlands Development Organisation
SOH	- Stichting Oecumenische Hup: Fundação de Ajuda Ecumênica

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 - Mapa da Região Metropolitana de Goiânia – Goiás	33
Figura 2 - Mapa do Parque Las Vegas em Bela Vista de Goiás	35
Figura 3 - Sede da Associação São José e Escola Emílio Blanke	36
Figura 4 - Horta dos Adolescentes	53
Figura 5 - Horta na Vila São Vicente	54
Figura 6 - Horta Comunitária das Famílias	55
Figura 7 - Reunião com Educadores e Funcionários da ASJ	59
Figura 8 - Alunos da Educação Infantil Realizando Atividades dos Cantinhos	66
Figura 9 - Espaço Livre para Recreação	67
Figura 10 - Roda de Conversa	68
Figura 11 - Grupo de Leitura	70
Figura 12 - Recreação Dirigida	71
Figura 13 - Grupo de Dança	72
Figura 14 - Tênis de Mesa	72
Figura 15 - Time de Vôleibol	73
Figura 16 - Aula no Pátio da Escola	76
Figura 17 - Alunos do Ensino Fundamental numa Aula Campo	78
Figura 18 - Time de Futebol	79
Figura 19 - Aulas Contextualizadas	80
Figura 20 - Rodas de Conversas	82
Figura 21 - Grupos de Leitura	83
Figura 22 - Projeto sobre o Meio Ambiente	83
Figura 23 - Hora da Alimentação	84
Figura 24 - Hortas da Vila São Vicente	84
Figura 25 - Projeto de Segurança Alimentar	85
Figura 26 - Alunos Jogando Vôleibol	85
Figura 27 - Aula de Informática	86
Figura 28 - Futebol de Areia	86
Figura 29 - Trabalhos Artísticos Realizados pelos Alunos	88
Figura 30 - Trabalhos Artísticos Realizados pelos Alunos	89
Figura 31 - Reunião com as famílias	90
Gráfico 1 - Regiões de Procedência do Grupo Alvo da ASJ	35
Gráfico 2 - Distribuição de Matrículas em 2012	87

RESUMO

O presente trabalho de cunho qualitativo resulta de um processo de investigação cujo propósito foi reconstruir a trajetória de atuação da Associação de São José, Entidade civil, filantrópica, de natureza Educacional, Cultural e Assistência social que desde o ano de 1987 desenvolve seu trabalho no município de Bela Vista de Goiás. O período delimitado para esta investigação foi de 1987 a 2012, ano que a Entidade completou 25 anos de história no município supracitado. Para reconstruir a sua história, a investigação se embasou num rico acervo de documentos da Entidade, constituídos por 25 Relatórios de Atividades elaborados anualmente, Relatórios enviados pela SOH (Instituição holandesa que financiou o projeto de Segurança Alimentar até 1999), os cinco Estatutos modificados no decorrer dos 25 anos, as Atas das reuniões dos associados e dos pais, cartas, fotografias, entrevistas e observações do dia-a-dia das atividades desenvolvidas pela Associação de São José. Com base nas análises realizadas foi possível perceber que a Entidade, ao longo dos 25 anos passou por modificações importantes em relação às ações adotadas para a concretização do seu objetivo principal de contribuir para a emancipação das famílias “carentes” do município de Bela Vista de Goiás.

Palavras-chave: Assistência; Educação; Emancipação; Participação; Cidadania.

ABSTRACT

This work results from a qualitative process research whose purpose was to rebuild the way of acting at Associação São José, which is a civil philanthropic entity of education, culture and social assistance that has been developing its work since 1987 in Bela Vista, state of Goiás, Brazil. The period of investigation was defined from 1987 to 2012, the year that this entity was 25 years of history in Bela Vista county. To rebuild its history the following investigation based on a rich collection of documents consisting of 25 Activities Reports annually prepared and also by reports sent by SOH (Dutch institution that financed the Food Security until 1999). Five of the rules' entity were modified in 25 years time: the meetings' documents signed by members and parents, letters, photographs, interviews and day-to-day observations activities of Associação São José. Based on analyses it was possible to realize that Associação São José in 25 years time underwent important changes regarding to taken actions to achieve its main objective which is to contribute on the emancipation of "needy" families in Bela Vista de Goiás county.

Keywords: Social Assistance, Education, Emancipation, Participation, Citizenship.

INTRODUÇÃO

Esta investigação é resultado do nosso desejo de conhecer mais sobre o trabalho realizado pela Associação de São José, uma Entidade filantrópica de caráter educacional, cultural e assistencial que desenvolve ações sócio educativas com famílias “carentes” no município de Bela Vista de Goiás desde 1987.

A Entidade foi criada para gerir o Projeto de Melhoria Alimentar da Fundação Ecumênica da SOH da Holanda, que financiou o projeto até 1999. Após o encerramento da parceria, a Associação de São José deu continuidade no seu trabalho, porém com o foco na Educação (não-formal e formal) e não mais na Segurança Alimentar.

A questão central que está posta na presente investigação é: Como foi a trajetória de atuação da Associação de São José no município de Bela Vista de Goiás desde a sua criação no ano de 1987?

A investigação tem como principal objetivo: reconstruir a trajetória de atuação da Associação de São José no município de Bela Vista de Goiás, tendo em vista identificar os motivos que levaram à sua criação e compreender as mudanças ocorridas durante os vinte e cinco anos de história.

Desde a sua fundação em 1987 até 2012, período delimitado para esta pesquisa, a Associação de São José utilizou-se de diferentes ações para que seu objetivo fosse concretizado, o que torna a história da Entidade bastante complexa, que somente por meio de uma investigação minuciosa será possível evidenciar a importância do seu trabalho no município onde está inserida.

Neste sentido, com o intuito de interpretar todos os aspectos imbricados na sua história, elegemos como pertinente trabalhar com a dialética materialista, a qual se justifica por ser o método mais adequado para analisar criticamente essa história.

A categoria considerada como importante para a análise científica da instituição e suas realizações, foi a categoria trabalho, princípio educativo por excelência.

Para a reconstituição da trajetória de atuação da Associação de São José, a investigação se embasou num rico acervo de documentos da Entidade, constituídos por 25 Relatórios de Atividades elaborados anualmente. Tais relatórios estão em ótimo estado de conservação e assumem relevante importância por retratarem o

cotidiano da Associação de São José, bem como, apresenta todo o processo de mudança ao longo dos 25 anos.

Os 25 relatórios elaborados nesse período foram lidos e interpretados. Uma das preocupações nesta pesquisa era justamente que toda essa documentação se perdesse no futuro, sem que antes fosse analisada cientificamente.

Também recorreremos aos Relatórios enviados pela SOH (Instituição holandesa que financiou o projeto de Segurança Alimentar até 1999), os cinco Estatutos modificados no decorrer dos 25 anos, as Atas das reuniões dos associados e dos pais, cartas, fotografias e entrevistas.

Além das pesquisas bibliográficas e documentais, utilizamo-nos da observação participante e da entrevista aberta e dirigida à criadora e atual Presidente da Associação de São José.

A escolha da observação participante se deu em virtude dela ser uma das mais importantes fontes de informações em pesquisas qualitativas, pois a observação cuidadosa possibilita a análise de toda a dinâmica de um ambiente complexo como a Associação de São José.

O que levou-nos a optar por entrevistas com caráter semi-estruturadas, foi a intenção de captarmos a totalidade das falas da Esther, uma das protagonistas na criação da Associação de São José e que acompanhou toda a dinâmica de mudanças que ocorreram ao longo de 25 anos e guarda lembranças fundamentais para compreendermos este processo.

Para que possamos compreender os motivos que impulsionaram a criação da ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ no município de Bela Vista de Goiás, apresentaremos no **primeiro capítulo** uma contextualização da situação do Brasil, tomando aqui como referência, principalmente, o contexto social, político, econômico e educacional anteriormente à implantação do projeto no ano de 1987.

No **segundo capítulo** nos dedicaremos a reconstruir a história da Associação São José ao longo dos vinte e cinco anos de trajetória de atuação na cidade de Bela Vista de Goiás.

Para tanto, apresentaremos num primeiro momento o município de Bela Vista de Goiás, com ênfase no Parque Las Vegas, bairro da cidade onde se encontram a maioria das crianças e adolescentes matriculados nos projetos da Associação de São José. Em seguida, apresentaremos o perfil da entidade investigada e sua caracterização do seu trabalho, o que possibilitará o entendimento da sua história.

Posteriormente, serão apresentados os protagonistas na criação da Entidade, Esther e Emílio, para que possamos compreender como tudo começou e os objetivos pretendidos.

Para que haja uma melhor compreensão da história de 25 anos da Associação de São José, dividimos esse período em três fases, compreendidas de 1987 a 1999, de 1999 a 2007 e de 2007 até os dias atuais. Portanto, ainda no capítulo 2, serão apresentadas as ações desenvolvidas pela Entidade durante a primeira fase da sua história, fase esta que nos evidenciará os motivos que levaram às mudanças das ações para a próxima fase- de 1999 a 2007.

No **terceiro capítulo**, analisaremos as fases da história da Entidade compreendidas de 1999 a 2007 e de 2007 até 2012. Num primeiro momento, a fase de 1999 a 2007 será foco de investigação que buscará identificar as especificidades das ações desenvolvidas neste período.

Por fim, analisaremos a última fase eleita para compreensão da história da Entidade, de 2007 a 2012; fase esta, caracterizada pela efetivação de novas ações socioeducativas, tendo além da Educação Não- Formal, a Educação Formal como um dos projetos desenvolvidos.

Esse novo caminho adotado pela Associação São José, tem a Escola Emílio Blanke como responsável na manutenção de turmas de 1º ao 5º anos do Ensino Fundamental.

Por meio da Educação Formal, complementada com as atividades sócio-educativas no contraturno, a Associação de São José busca viabilizar um trabalho de qualidade, em vista de contribuir para que as crianças, adolescentes matriculadas nos projetos possam vislumbrar uma vida mais digna, diferente da realidade vivida pela maioria dos pais.

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA, ECONÔMICA E EDUCACIONAL DO BRASIL NA DÉCADA DE 80

Para compreendermos os motivos que impulsionaram a criação da ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ - Bela Vista de Goiás, instituição pesquisada, faz-se necessário realizar uma análise da situação do Brasil, tomando aqui como referência, principalmente, o contexto social, político, econômico e educacional anteriormente à implantação do projeto na cidade de Bela Vista de Goiás no ano de 1987. Esse “tour” histórico se justifica na interpretação e análise da relação fome, desemprego e dificuldades de acesso à educação formal e não-formal, como era a realidade daqueles que foram e são participantes do programa de inserção social, desenvolvido há décadas por esta instituição, objeto de estudo em questão.

Para tanto, tomaremos como categorias de análise o desemprego, a crise na Educação e a fome, problemas sempre presentes no processo histórico do Brasil.

1.1 Contextualização

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o mundo capitalista enfrentou um período de muitas tensões e de inúmeros conflitos, devido a uma profunda crise após o ciclo liberal que imperou na economia entre o final do século XIX e meados do século XX.

Para tentar solucionar esta crise uma doutrina econômica foi pensada pelo economista John Maynard Keynes, que apresentou alternativas para garantir a sobrevivência do sistema econômico fundado na liberdade de mercado e de propriedade. Este foi intransigente em relação à política econômica, que estava sendo executada pelos liberais até então, a qual segundo ele, não era mais suficiente para resolver tantos problemas.

A esse respeito, Orso (2007, p. 169) afirma que Keynes:

[...] Percebeu que não era possível resolver os problemas econômicos a partir das orientações da economia clássica. Diante da crise era preciso agir rápido e ser prático. Então, propôs outra solução, o intervencionismo estatal, aquilo que antes era combatido e tido como empecilho ao desenvolvimento e progresso.

Assim, por meio de sua obra “A Teoria Geral do Emprego, do juro, e da moeda”, Keynes defendeu que o mercado não era capaz, por si só, de retirar a Economia da condição de imobilidade em que se encontrava. Para ele, o problema só seria resolvido se houvesse investimentos por parte do Estado, de modo a estimular o poder de compra da população e, com isso, reanimar a Economia, como afirma Orso (2007, p. 169):

Diante da incerteza gerada pela mão invisível, Keynes propõe a intervenção estatal, a administração e o gerenciamento do mercado como o único meio para evitar a destruição das instituições econômicas, a iniciativa individual e evitar o socialismo. Mas o faz contrariado, pois gostaria de continuar pautando suas decisões no *laissez-faire*. Porém, a necessidade se impunha com mais força. Diante do “espectro” que pairava, Keynes preferiu o remédio amargo a pôr em risco a saúde do capitalismo.

Entretanto, faz-se pertinente afirmar que as ideias Keynesianas provocaram uma reviravolta entre os liberais, uma vez que rompiam com a ideia, por eles defendida, da liberdade para administrar os negócios. Ao contrário, tais ideias defendiam que, para que a sociedade capitalista não entrasse num colapso, seria necessária a intervenção do Estado, que teria como principal missão controlar o nível de atividade, emprego, oferta e demanda num dado território econômico.

Orso (2007) acentua que, embora Keynes defendesse a intervenção estatal como a única saída para salvar o capitalismo, o individualismo e o liberalismo, tal proposta não agradava uma grande parte dos liberais que o acusava de ingênuo, mesmo diante de resultados positivos com a vigência do Estado intervencionista. Porém, com o tempo, até mesmo os liberais mais radicais se convenceram de que o Estado realmente era útil para salvar e manter o capitalismo e se renderam às propostas econômicas Keynesianas.

Orso (2007) afirma ainda, que as ideias de Keynes tiveram significativa influência para que o Estado do Bem-estar Social surgisse logo após a Segunda Guerra Mundial, como estratégia política, com a intenção de responder às necessidades dos indivíduos e garantir o mínimo de bem-estar para a população pobre, tentando assim, disfarçar as disparidades existentes na sociedade capitalista.

Santos e Neto (2008), corroboram com Orso e defendem que o modelo de Estado do Bem-estar Social surgiu na década de 40, posterior à Segunda Guerra Mundial que, com o fim dos governos nazistas e fascistas, deixaram um rastro de

miséria e pobreza não somente para as vítimas desses estados, mas para uma boa parte do mundo. Desta forma, esse tipo de Estado surge como resultado de:

Reivindicações de cidadãos durante o esforço humano mobilizado em meio às Guerras Mundiais e a preocupação com o bem-estar, transformaram os serviços relacionados às necessidades do conjunto da sociedade não mais uma questão de caridade aos menos favorecidos, mas num direito de todo cidadão. (p. 62).

Entretanto, faz-se mister refletir que o Estado do Bem-estar Social não tinha como objetivo apenas concretizar programas sociais democratas, a fim de minimizar a pobreza oriunda do pós-guerra, e sim, como um importante elemento estrutural das economias contemporâneas que garantiriam a manutenção do processo de acumulação do capital, favorecendo as suas bases de legitimação.

É sabido que o capitalismo sobrevive a partir do consumo e não somente da produção. Mas ao contrário, antes do surgimento do Estado do Bem-estar Social, os liberais acreditavam que o mais importante era a oferta. Assim, para os capitalistas e o Estado o foco eram as indústrias; o que importava era produzir cada vez mais produtos em menos tempo.

Logo, os trabalhadores eram os mais prejudicados: submetiam-se a trabalhos intensos e a salários muito baixos, pois isto era sinônimo de lucratividade para os capitalistas.

No entanto, os capitalistas começaram a perceber que tais trabalhadores não representavam apenas a mão de obra necessária. Eles eram também os consumidores de toda produção, uma vez que não há produção sem consumo; não há consumo sem consumidores; e, por fim, não há consumidores se não houver renda para tal.

Chegaram à conclusão de que se não propiciassem o mínimo de bem-estar e renda para que houvesse o consumo, o mercado, que ora se encontrava em crise, era incapaz de implementar uma solução para o problema. Viram então no Estado, o único que reunia as condições necessárias para garantir o mínimo de bem-estar social para os pobres.

Tal modelo de Estado passaria atender as reivindicações da classe trabalhadora, “oferecendo” padrões mínimos de educação, saúde, seguridade social, habitação e uma efetiva participação do Estado na economia, como agente central.

Bento (2003) sinaliza que o Estado, por meio das políticas sociais de bem-estar, assumiu a função de:

[...] solucionar o seguinte problema: o de elaborar estratégias sócio-políticas que conciliem a necessidade de integração permanente da mão de obra no mercado do trabalho, imprescindível à continuidade do processo de acumulação, e os direitos sociais reivindicados pela classe trabalhadora. (p. 29).

Diante do exposto, fica claro que a política do Estado do Bem-estar Social carrega em seu bojo uma grande contradição que, por um lado, constitui-se como uma resposta às lutas por igualdade social e econômica travadas pela classe trabalhadora e, por outro lado, conseguiu garantir a acumulação de capital e a estabilização da economia.

Medeiros (2001) argumenta que o Estado do Bem-estar Social assume características particulares em cada país, o qual é determinado de acordo com o padrão e o nível de industrialização; a organização e mobilização dos trabalhadores; a cultura política de cada nação, entre outros fatores. Inaugurou também o consumo de massas ao mostrar a importância do consumo de produtos mais baratos.

No caso do Brasil, de acordo com Santos e Neto (2008), o Estado do Bem-estar Social surgiu entre os anos de 1930 e 1945, no governo de Getúlio Vargas, que combinava políticas sociais de assistencialismo e corporativismo, articulando a regulação e legislação trabalhista e previdenciária.

Num cenário de modernização conservadora, o governo getulista promoveu inúmeras transformações no país, principalmente no mundo do trabalho, como a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho, 1947), instituiu o salário mínimo, promoveu a reestruturação do Ministério de Educação e Saúde e criou também os institutos de aposentadorias e pensões (IAPS), atendendo assim a uma ampla categoria de trabalhadores.

É possível notar que significantes conquistas foram alcançadas nesse período pelos trabalhadores brasileiros, principalmente com a criação do Ministério do Trabalho, importante passo em defesa dos direitos dos operários, pois estes trabalhavam em condições muitas vezes sub-humanas.

Em relação à fome, as primeiras ações específicas de políticas sociais de alimentação e nutrição foram instituídas apenas ao longo da Ditadura Vargas (1937-1945), num período marcado pelo processo de transição do Estado liberal-

oligárquico para o Estado intervencionista burguês, conforme afirma Vasconcelos (1988).

Essas conquistas passaram a ser ameaçadas, desde a ditadura militar (1964 a 1985), que suspendeu a estabilidade de emprego substituída pelo fundo de garantia. O regime militar perseguiu, prendeu, torturou e matou dirigentes sindicais, políticos, líderes camponeses, ou seja, todos aqueles que lutavam por democracia e justiça social. A pressão do regime militar, desde a crise do petróleo, na década de 1970 gerou tensões sociais, que se manifestaram principalmente na luta pela redemocratização do país.

A conquista da democracia no processo político não significou democracia econômica, uma vez que as pressões internacionais para a adoção do modelo neoliberal se fizeram presentes e cada vez com maior intensidade até sua imposição na década de 1990. As consequências para os trabalhadores foram perversas: perda de direitos trabalhistas, menores investimentos sociais e, sobretudo, o agravamento do desemprego, que especificaremos no item a seguir.

1.1.1 O problema do desemprego

As inúmeras modificações, pelas quais têm passado o mundo, em especial, a partir da Segunda Guerra Mundial, trouxeram como consequência, mudanças tanto no plano sócio-econômico, ético-político, cultural como também, educacional. E o Brasil, inserido neste contexto, não escapa a essas modificações.

Em relação ao aspecto sócio-econômico o capital, centrado no monopólio crescente das tecnologias da informação, conseguiu romper com as fronteiras nacionais, ampliando a globalização. Essa nova base de tecnologia científica permite que as economias aumentem a produtividade e, ao mesmo tempo, diminuam o número de postos de trabalho, ocasionando como consequência, o desemprego estrutural, como afirma Frigotto (1998):

O desemprego estrutural deste início de século demarca não apenas o aumento do exército de reserva, mas especialmente o excedente de trabalhadores, ou seja, a não necessidade, para a produção, de milhões de trabalhadores. Sob a vigência de relações de propriedade privada, isso significa aumento da miséria, da fome, da barbárie social.

Assim, a categoria de trabalhadores assume uma nova roupagem nesse contexto de reestruturação produtiva: ela é mais fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada. Há uma perda significativa de direitos e de sentidos, em sintonia com o caráter destrutivo do capital vigente, tornando o trabalho ainda mais precarizado, por meio das formas de subemprego, desemprego, intensificando os níveis de exploração para aqueles que trabalham.

O Brasil, inserido neste contexto de mudanças, também sofreu modificações de grande amplitude nas diversas áreas da sociedade, as quais foram desencadeadas, tanto pelos fatores acima apresentados, como também por fatores internos do país.

No que tange ao aspecto sócio-econômico, o país sofreu alterações importantes, principalmente, após os anos 50, um período marcado pelo nacional-desenvolvimentismo e o milagre econômico dos anos 70, calcado no binômio desenvolvimento-segurança nacional, sob a égide da ditadura militar.

No período da Ditadura Militar, por exemplo, no que diz respeito à economia, o governo colocou em prática um projeto desenvolvimentista, que produziu resultados bastante contraditórios, haja vista que o país ingressou numa fase de industrialização e crescimento econômico acelerados, sem beneficiar a maioria da população, em particular, a categoria dos trabalhadores, que tiveram seus salários controlados e reduzidos.

O regime ditatorial apoiou a abertura da economia para que as empresas estrangeiras reanimassem a esfera produtiva no Brasil. E no governo de Médici, a partir de 1968, que ficou conhecido como os anos mais sombrios da Ditadura Militar, o chamado “milagre econômico” foi marcado por uma euforia desenvolvimentista, que era custeada por meio de empréstimos de bancos estrangeiros, cujos juros eram altíssimos.

Segundo Germano (2000, p. 72): “[...] Os militares no poder tinham em mente construir uma “potência”, garantir a “segurança nacional” e obter a “legitimação” através da construção de novas obras.”

Com o Estado participando diretamente na Economia brasileira, foi possível ampliar a criação de centenas de empresas estatais no período entre 1974 e 1979. Mas ao mesmo tempo em que o país experimentava uma significativa expansão no setor industrial, os salários dos trabalhadores foram congelados e os mesmos tinham que submeter-se a péssimas condições trabalhistas, o que ocasionava o

desemprego de um significativo número de trabalhadores, aumentando ainda mais as desigualdades sociais.

O peso da política econômica instaurada pelo governo militar reincidiu sobre a força de trabalho. O congelamento dos salários funcionava como fonte de recursos. Assim, a legislação trabalhista, criada pela ditadura militar tinha, como objetivo primordial, transferir recursos para a indústria, e os trabalhadores se viam obrigados a se sujeitarem à exploração da sua força de trabalho e a programas de poupança forçada. Neste sentido, o regime procurou enfraquecer as organizações dos trabalhadores e suas lutas, como forma de amordaçá-los.

1.1.2 A crise da Educação Formal e o fortalecimento da Educação não-formal como estratégia de resolução dos problemas sociais

A Educação, no contexto dessas transformações, no que tange as exigências do mundo do trabalho, as relações sociais, o mundo globalizado e a chamada “sociedade do conhecimento”, atravessa também profundas mudanças e se vê obrigada a modificar a sua forma de atuar na sociedade: sua função, seus objetivos, sua missão, os valores e princípios pelos quais ela se constrói.

Esta passa ser a responsável por oferecer aos alunos os conhecimentos e as habilidades necessários para a sua posterior adequação às necessidades do mercado; ou seja, ela deve estar a serviço do sistema produtivo.

Nesta lógica a Educação escolar tem a finalidade de suprir as necessidades do sistema econômico originado pelo capital, em que “o principal papel da educação é a reprodução de uma força de trabalho adequada num sistema de produção hierarquicamente controlado e estratificado em classes.” (SANTOS, 2002, p. 113).

Ademais, Morin (2003) salienta que a educação escolar do século XXI não tem a finalidade única de preparar os alunos para o mercado de trabalho, mas facilitar a adaptação aos diferentes trabalhos que aparecem com a evolução da produção diante da globalização, onde talento e criatividade são importantes, assim como formar cidadãos democráticos e conscientes dos seus direitos e deveres e que resgate o ser humano existente dentro de cada um de nós.

Sendo assim, a educação escolar também é vista como alternativa para resgatar a formação humana, podendo contribuir para um desenvolvimento social mais justo e menos excludente.

Diante da complexidade de tarefas que cabem à Educação Escolar na contemporaneidade, faz-se necessário refletir que esta não pode assumir sozinha tamanha responsabilidade, pois conforme a defesa de Morin (2003), ela não se constitui sozinha como uma alavanca de transformação da sociedade.

Partindo desta premissa, a realidade aponta para a necessidade de ampliação do conceito de Educação, que, de acordo com Gohn (2001), deve transpor os limites da escola, configurando-se assim, um novo campo da Educação que aborda processos educativos realizados em outros ambientes não escolares, promovidos por organizações da sociedade civil, abrangendo organizações sociais e não-governamentais, movimentos sociais estratégicos, ou processos educacionais articulados com a Educação escolar.

A Educação promovida em contextos não-escolares objetiva desenvolver atividades diferenciadas e/ou complementares à educação formal, com o objetivo de participar da emancipação do ser humano.

No presente trabalho utilizaremos o termo Educação não-formal defendida por Gohn (2001) para caracterizar as atividades pedagógicas desenvolvidas em ambientes não-escolares.

A Educação não-formal defendida por Gohn (2001, p. 14) “não visa substituir ou competir com a Educação formal [...]”, ao contrário, a autora defende que a Educação não-formal fornece contribuições significativas para que a Educação Formal alcance resultados satisfatórios em relação à formação do educando. Ou seja, a parceria entre Educação formal e Educação não-formal possibilita à formação de cidadãos verdadeiramente emancipados.

A esse respeito Libâneo (2005, p. 89) ressalta que “uma modalidade educacional não deve ter supremacia sobre a outra, nem diminuir ou depreciar uma ou outra forma de educação”.

É consenso em diversos estudos que trazem as definições dos tipos de educação existentes que a educação não-formal não substitui a educação formal, mas pode auxiliá-la num projeto de formação para a cidadania. (GOHN, 2001).

De acordo com a autora supracitada a Educação não-formal compreende um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados.

Gohn (2001) destaca ainda que:

[...] a educação não-formal designa um processo com quatro campos ou dimensões, que correspondem as suas áreas de abrangência. O primeiro envolve a aprendizagem política do direito dos indivíduos enquanto cidadãos, isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos para a compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca, por meio da participação em atividades grupais. Participar de um conselho de escola poderá desenvolver esta aprendizagem. O segundo, capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio de aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades. O terceiro, aprendizagem e o exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos. O quarto é aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar em formas e espaços diferenciados. (GOHN, 2001b, p. 98-99).

Partindo deste pressuposto, acreditamos que a educação não-formal pode possibilitar a conquista da cidadania aos indivíduos, pois oportuniza um processo de conscientização de seu contexto sócio-histórico, transformando-o em um cidadão participativo e crítico.

Trilla (1996) afirma que o termo educação não-formal começou a ser utilizado no Brasil, no final da década de sessenta, num período marcado por discussões sobre a crise na educação, evidenciada como crise da educação formal.

Para Gohn (2001), até a década de 80 a Educação não-formal no Brasil era vista como uma extensão da educação formal desenvolvida em espaços exteriores às escolas, despertando assim, insignificante atenção de educadores e refletindo quase nada na elaboração de políticas públicas.

Na maioria das vezes, entretanto, tratava-se de programas, ou campanhas de alfabetização de adultos cujos objetivos transcendiam a mera aquisição da compreensão da leitura e da escrita e se inscreviam no universo da participação sociopolítica das camadas populares, objetivando integrá-las ao contexto urbano industrial. (GOHN, 2001, p. 91).

Contudo, de acordo com a autora supracitada, somente na década de 90 a Educação não-formal recebeu maior destaque em virtude das mudanças ocorridas na economia, na sociedade e no mundo do trabalho.

É importante destacar que o fortalecimento da Educação não-formal no Brasil está relacionado à atuação dos movimentos sociais, que são constituídos à medida que a população sente na pele o descaso dos órgãos públicos, como serviços

precários de saúde, transporte caro e inoperante, falta de espaço social para comunidade, educação ineficiente, entre outros.

Atualmente, a Educação não-formal brasileira está se voltando para o terceiro setor e ao voluntariado, participando da filantropia empresarial e da educação social, efetivando ações e utilizando práticas socioeducativas com o propósito de desenvolver saberes e reflexões críticas e conscientes a partir da realidade concreta.

1.1.3 A fome e as políticas de segurança alimentar

Tendo em vista que uns dos objetivos principais da Associação São de José, objeto desta pesquisa, quando foi fundada, era desenvolver um projeto de Segurança Alimentar juntamente às famílias carentes de Bela Vista de Goiás, tomaremos neste item, como categoria de análise, a situação da fome no Brasil no século passado, bem como as iniciativas implementadas neste período para amenizar tal problema.

Se pensarmos a fome como um problema não só de cunho biológico, mas principalmente social, com certeza teremos uma ideia da dimensão que ela pode tomar, se não for tratada inserida num contexto de contradições advindas de uma sociedade capitalista na qual uma minoria tem acesso aos bens necessários para garantir a sua subsistência e, por outro lado, uma maioria não tem nem o mínimo (comida) para garantir-lhe a sua sobrevivência.

A compreensão dessas relações implica em se desvendar primeiramente, as causas da fome, o modo como ela se compôs na sociedade e com que intensidade afeta a população.

Partindo desse pressuposto, não basta analisá-la apenas como decorrência da falta de alimentos para suprir as nossas necessidades fisiológicas. Devemos primeiro, analisar as causas do problema da fome no Brasil. Segundo Chico Menezes (Ex Presidente do Consea), a questão da fome no Brasil é secular, sendo portanto impossível delimitar uma única causa para tal flagelo.

A fome está diretamente relacionada à desigualdade social, que se iniciou no processo de colonização e se intensifica no decorrer da trajetória histórica do Brasil. Situação que está intrinsecamente associada à pobreza não do país, mas sim, de parte da população que é despossuída de bens necessários para a aquisição de

alimentos e, segundo Jonsson (1986, p. 51) também privada da maioria dos seus direitos humanos.

Josué de Castro (1960) considera que a fome tem sua origem na má distribuição de renda, decorrida de interesses político-econômicos que, aliados às pressões de mercado e à inexistência ou descontinuidade de políticas públicas para solucionar o problema, agrava-se gradativamente.

Nesta perspectiva, Josué de Castro alega que a fome não pode ser considerada senão articulada à organização social e política da sociedade. Para ele “a fome é a expressão biológica de uma doença social” (1960, p. 45).

Portanto, tomando como base as concepções de Josué de Castro, a fome deve ser considerada como o resultado da forma em que a sociedade está organizada, a partir dos interesses econômicos e políticos de diferentes classes da sociedade, baseada num sistema capitalista, onde o lucro é a maior bandeira defendida e o ser humano é tratado em segundo plano. Uma sociedade onde a riqueza e o lucro de uns poucos se fundam sobre a pobreza e exploração da maioria.

Neste sentido, a fome e a miséria do nosso país são frutos do processo desigual de constituição histórica das relações entre homens e mulheres, assentadas na exploração de uns sobre os outros. Ou seja, relações marcadas pelo antagonismo entre as classes, que segundo Marx, são constituídas pela exploração e dominação dos que detém o poder e os meios de produção sobre a grande maioria da população que somente possui sua força de trabalho para garantir o mínimo para a sobrevivência.

Contudo, é importante ressaltar que o problema da fome começou a fazer parte do cenário de discussões no Brasil a partir das influências, principalmente, de Josué de Castro, que ao realizar em 1932 um estudo sobre as condições de vida de famílias operárias em Recife, descobriu que o consumo alimentar, à base de açúcar, café, charque, farinha, feijão e pão, fornecia apenas cerca de 1.645 calorias; ou seja, era pobre em vitaminas e sais minerais e provocava uma alta mortalidade e baixa expectativa de vida.

Os resultados desse estudo possibilitaram que a questão da fome se tornasse um problema público de caráter mundial, pois segundo o autor até então, ela era tratada como um tabu, silenciada pela nossa cultura, pois essa situação sempre “[...] traduz um sentimento de culpa” em toda a sociedade, o que levava a uma ocultação

do assunto, o que para o autor era muito mais grave que a fome de alimentos. Para ele, existiam dois tipos de fome: a orgânica e a política.

Mais grave ainda que a fome aguda e total, devido às repercussões sociais e econômicas, é o fenômeno da fome crônica ou parcial, que corrói silenciosamente inúmeras populações do mundo. (CASTRO, 1946, p. 28).

Assim, com um tom de denúncia, ele escreveu a obra “Geografia da fome”. Nela o autor, além de denunciar a situação devastadora da fome no Brasil, aborda também os grupos de interesses e o modo de organização político-econômica do país e ainda ressalta a necessidade de intensificar os estudos sobre o assunto para que fossem traçadas medidas para resolver o problema.

Tais denúncias possibilitaram que o problema se tornasse público e fez com que vários setores da sociedade se interessassem pelo assunto, o que forçou o Estado a implementar algumas políticas para tentar amenizar o problema e silenciar os grupos sociais revoltosos.

Vimos que a questão da fome é uma das principais consequências da situação de desigualdade social que acompanha a história da humanidade desde seus primórdios. Porém, nas últimas décadas esse problema tem sido objeto de preocupação por parte de vários segmentos da sociedade, os quais buscam construir um processo progressivo de erradicação da insegurança alimentar e nutricional em todo o mundo.

No âmbito mundial, a Carta das Nações Unidas, acordada no ano de 1945 entre governantes e representantes de vários países, expressa nos seus Artigos 55 e 56 o direito à alimentação o qual deveria ser assegurado a todos os seres humanos. Também, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 referencia em seu Artigo 25, parágrafo 1, o direito à alimentação: “Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, saúde e bem-estar, especialmente alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e os serviços sociais necessários; [...]”.

Do mesmo modo, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1976 apresenta no Artigo 11, §1 a preocupação com o problema da fome:

Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida [...].

Além destes documentos, que incluem a questão do direito à alimentação, dentre outros, há documentos importantíssimos que ajudaram na mobilização contra a fome no mundo inteiro, tais como a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial, resultante da Cúpula Mundial sobre Alimentação (Roma, 1996) e as Diretrizes Voluntárias para o Direito à Alimentação, da FAO (Roma, 2004).

Contudo, embora os eventos apresentados tenham contribuído para que as mazelas da sociedade tornassem assuntos na pauta das discussões, não podemos deixar de realizar uma leitura crítica sobre estes que, com o discurso de proteger os direitos humanos, escondem seus verdadeiros objetivos e, na prática, muitas vezes, são conduzidas de forma perniciosa, correspondendo aos interesses capitalistas de cada país.

A Organização das Nações Unidas, por exemplo, é sem dúvida, uma peça indispensável para a compreensão da dinâmica das relações internacionais que, por meio da defesa do resgate dos valores humanos, conseguem garantir o desenvolvimento econômico dos países envolvidos em escala mundial.

No Brasil, no que diz respeito à fome, na década de 30, como consequência das denúncias de Josué de Castro e a partir de várias mobilizações sociais, o assunto começou a fazer parte da pauta dos principais problemas do país.

Em se tratando de mobilizações sociais podemos citar a Marcha da Fome em 1931, cujos panfletos incentivavam os trabalhadores a realizarem saques a armazéns; a Campanha Popular Contra a Fome em 1946; o Movimento de Luta Contra a Carestia e a Passeata da Panela Vazia, que reuniu 500 mil pessoas em São Paulo no ano de 1953.

Nas décadas de 60 e 70 houve a intensificação da participação popular na luta contra a fome e persistiram os protestos contra a carestia e, em 1973 foi criado o Movimento do Custo de Vida. Nos anos 80, no bojo da luta pela redemocratização, “a fome apareceu mais associada ao movimento dos desempregados e aos saques, ocorridos nos anos de 1983-4” (GOHN, 1995, p. 72).

Em relação às políticas sociais implantadas por parte do Estado para combater a fome no Brasil, podemos destacar a criação Serviço Central de

Alimentação, pelo decreto lei nº 1.469 de 1º de agosto de 1939, que foi substituído em 1940 pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), que foi criado com o objetivo de “melhorar a alimentação do trabalhador e, conseqüentemente, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho mediante a progressiva nacionalização dos seus hábitos alimentares com baixo custo.” (ANDRADE, 2008).

Em 1942, foi criada a Coordenação da Mobilização Econômica (CME), que compreendia o Serviço Técnico de Alimentação Nacional, com o objetivo de “[...] orientar a produção agrícola e industrial de alimentos e racionalizar a produção agropecuária e a comercialização, além de prestar assistência técnica à indústria por meio de um laboratório de tecnologia de alimentos”. (SILVA, 1995, p. 56).

Em 1945, foi criada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), que tinha como funções: definir a Política Nacional de Alimentação, estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população, acompanhar e estimular as pesquisas relativas às questões e problemas de alimentação, trabalhar pela correção de defeitos e deficiências da dieta brasileira, estimulando e acompanhando campanhas educativas contribuindo para o desenvolvimento da indústria de alimentos desidratados (SILVA, 1995).

No ano de 1946 foi fundado o Instituto Nacional de Nutrição (INN), que incorporou o Instituto de Tecnologia Alimentar criado em 1944. Em 1952, elaborou-se o plano de Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição no Brasil abrangendo inquéritos nutricionais, expansão da merenda escolar, assistência alimentar a adolescentes, programas regionais, enriquecimento de alimentos básicos, apoio à indústria de alimentos, dos quais sobreviveu apenas a campanha da merenda escolar em função do êxodo rural, sendo o mesmo controlado pelo Ministério da Educação a partir de 1955. (ANDRADE, 2008).

Em 1972 o Ministério da Saúde criou o INAN, Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, com o dever de elaborar uma política nacional de alimentação e nutrição. A partir dessa iniciativa, o governo brasileiro desenvolveu uma gama de políticas sociais de cunho assistencial, tais como: Programa Nacional de Desenvolvimento, Programa de Nutrição e Saúde, Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, Programa de Comercialização e Abastecimento em Áreas Rurais, Programa de Alimentação ao Trabalhador, entre outros programas e projetos.

Na década de 80, de acordo com Romão (1991) a situação de pobreza da maior parte da população brasileira se agravou ainda mais em decorrência da piora de distribuição de renda entre os anos de 1960 e 1980, devido ao período autoritário da Ditadura Militar aliada à recessão econômica advinda do processo de industrialização desenfreada promovida pelos governos desse período.

A esse respeito, Theodoro (1995, p. 151) afirma que:

“O milagre brasileiro” não fora capaz de absorver uma parte significativa da mão de obra. Ao lado dos grandes projetos industriais, da modernização econômica e do crescimento do mercado consumidor, havia a pobreza, a falta de oportunidades de trabalho e o subemprego que tocavam parcela nada desprezível da população.

Diante desse contexto em que o Brasil se encontrava e sabendo que o desemprego gera pobreza e que, conseqüentemente, gera a fome, a situação tornou-se alarmante para um número significativo de brasileiros que se encontravam em situação de vulnerabilidade social.

Muito embora, a situação de miséria e fome no país tenham se agravado, ao longo dos vinte anos de autoritarismo, verifica-se que foram discretas as políticas de intervenção alimentar e nutricional implantadas e elas apresentavam características ideologicamente dominantes, em que enfatizavam, particularmente, a dimensão ideológica, que era evidenciada no caráter assistencialista, paternal e clientelista político-social dos programas de governo.

Com o fim do governo militar, em decorrência da eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República, em 15 de janeiro de 1985, inicia-se um novo contexto histórico para o Brasil, denominado de Nova República, e com ela, renova-se também, a esperança de resolução de todos os problemas nacionais.

Ao analisar esse período é possível observar que houve uma importante intervenção do Estado na área de alimentação e nutrição, as quais se expressaram nos dois primeiros anos da Nova República como foco de prioridades políticas. No entanto, entre os anos de 1987 e 1989, devido à edição do Plano Cruzado, do Plano Bresser e do Plano Verão, respectivamente, foi possível perceber, segundo Vasconcelos (1988, p. 13), “[...] um certo esvaziamento técnico, financeiro e político dos programas de alimentação e nutrição.”

Percebe-se, que os discursos do Presidente da República a respeito do combate à fome foram sendo dissolvidos em função dos sucessivos planos que

visavam reestruturar a estabilização econômica do país. E mais uma vez as políticas sociais de combate à fome e às desigualdades sociais ficaram à margem das principais ações desse governo. Prevalecendo, assim, programas de cunho emergenciais e assistencialistas, como afirma Vasconcelos (1988).

Essa década é marcada pelo acirramento das discussões e reivindicações por parte de grupos sociais em torno do problema da fome e a propagação de Organizações não governamentais com propósitos humanitários de combate à fome.

A abertura política desencadeada com o fim do governo militar possibilitou aos brasileiros o direito de participação no processo de luta pela redemocratização do país, o que resultou na organização por parte da sociedade civil em forma de sindicatos, movimentos sociais, associações e organizações não governamentais, que lutavam por um Brasil mais justo e igualitário.

Esses grupos representativos da sociedade civil constituíram-se como importantes sujeitos que ajudaram a pressionar os governantes a garantirem direitos básicos ao cidadão brasileiro na Constituição de 1988. Dentre esses direitos, destaca-se como dever fundamental da República brasileira, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais. (Art. 3º da CF/88).

De acordo com Pereira (1996, p. 38):

[...] A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou, pelo menos em tese, o início de uma era de multiplicação e extensão de direitos sociais no Brasil. Apesar de modesto em relação aos padrões internacionais mais avançados, tal acontecimento teve um caráter revolucionário [...].

No entanto, o que se percebe nos anos seguintes é que os direitos básicos garantidos aos cidadãos brasileiros na Constituição Federal de 1988, não se concretizaram de fato, principalmente no que diz respeito à situação de pobreza de uma grande parte da sociedade brasileira que, vítima das desigualdades sociais provocadas pela má distribuição de renda, se vê à mercê de programas de cunho emergenciais e paliativos que não resolvem o problema, apenas o disfarçam.

Em relação à situação da fome no país, o que se pode observar é uma enorme instabilidade da política alimentar. No início da década de 90, por exemplo, o governo de Fernando Collor foi marcado pelo desmonte e redução de recursos dos principais programas existentes.

Além disso, esses recursos se tornaram alvo dos desvios de verbas públicas, de licitações duvidosas e de outras ilegalidades que caracterizaram a vergonhosa corrupção em que aquele governo mergulhou o país.

No decorrer do ano de 1992, ante a crise ética instalada na política brasileira, a sociedade civil, organizada por meio de entidades, construiu o chamado “Movimento pela ética na Política”, que tinha como meta, lutar por uma política guiada por valores éticos, que primasse pela justiça social e a solidariedade, conforme é explicitado na “Cartilha para ajudar a formar comitês”, elaborada em 1993 pela Secretaria Nacional da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida.

O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, foi o idealizador do Movimento “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida” que foi lançado em 08 de março de 1993. Este movimento tinha como objetivo principal o de “Mobilizar, e acima de tudo, sensibilizar a sociedade para a necessidade de mudanças urgentes capazes de transformar a realidade econômica, política e social do país [...] que leva à exclusão, à fome e à miséria”. (CONSEA, 1994, p. 12).

Para que esse objetivo fosse atingido, foram criados comitês formados por diversificados setores da sociedade com o escopo de pressionar o governo para criar políticas de combate à fome no país.

Ainda no ano de 1993, após assumir a presidência da República no lugar de Fernando Collor de Melo, Itamar Franco declara o combate à fome como sendo prioridade absoluta no seu governo.

No dia 18 de abril do mesmo ano, o então presidente lança, oficialmente, o Plano de Combate à fome e à Miséria e propõe a criação do CONSEA, Conselho Nacional de Segurança Alimentar, o qual tinha a tarefa de assessorar o governo na formulação de propostas e concretização de ações que pudessem solucionar o problema da fome e da miséria do país.

Porém, mesmo com a participação da sociedade civil no CONSEA, não houve, segundo Carvalho (1998), a contrapartida esperada em relação aos recursos financeiros e materiais mobilizados pelo governo federal. Além do mais, as ações implantadas a partir do CONSEA não trouxeram inovações em relação às políticas de alimentação anteriores. Essas ações sofreram muitos obstáculos, pois devido o CONSEA não ser um órgão executivo, e sim consultivo, dependia sempre da morosidade e da burocracia estatal, fazendo com que essas ações se resumissem em programas emergentes.

Neste período, ganha solidez a ideia de que o problema da fome e a miséria só seriam resolvidos com a união do governo e sociedade civil, o que contribuiu para o fortalecimento das ONGs, Organizações não governamentais, que, embora contribuam com o processo de organização da sociedade civil, mascaram o processo de distanciamento do Estado frente às suas obrigações e favorecem a transferência de responsabilidades para essas organizações, o que segundo Turrado (2002), leva à perda de direitos já garantidos na Constituição Federal de 88, já que o Estado se exime dos seus deveres.

Desta forma, há uma redução da intervenção estatal direta e amplia-se o papel do chamado terceiro setor, caracterizado principalmente pela atuação das Organizações Não-Governamentais.

No entanto, não se pode discordar que as ONGs desempenharam um papel importante na articulação e mobilização de diversos grupos da sociedade civil que fizeram tornar pública a luta contra a fome no Brasil.

No ano de 1994, o CONSEA juntamente com a Ação da Cidadania realizou a Primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que contou com a participação de cerca de 1.800 delegados representantes de todos os estados do Brasil.

Ao final da Conferência de acordo com Valente (2002), concluiu-se que as concentrações de renda e de terras eram os principais responsáveis pela situação de fome e miséria que assolavam o país, conforme podemos perceber num dos textos registrados pelo CONSEA:

No Brasil haverá Segurança Alimentar quando todos os brasileiros tiverem, permanentemente, acesso em quantidade e qualidade aos alimentos requeridos e às condições de vida e de saúde necessárias para a saudável reprodução do organismo humano e para uma existência digna.

A Segurança Alimentar há de ser, então, um objetivo nacional básico e estratégico. Deve permear e articular, horizontal e verticalmente, todas as políticas e ações das áreas econômica e social de todos os níveis de Governo e ser perseguida por toda a sociedade, comprometendo todos os segmentos sociais, seja em parceria com os distintos níveis de Governo, ou em iniciativas cidadãs. (CONSEA, 1995: 88-9).

Em consequência da Conferência supracitada, o termo Segurança Alimentar foi modificado, acrescentando-lhe a palavra nutricional e ficando assim definido:

Segurança Alimentar e nutricional consiste em garantir a todos, condições de acesso a alimentos básicos seguros e de qualidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para a existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana. (VALENTE, 2002, p.).

Faz-se necessário salientar que o termo Segurança Alimentar e Nutricional somente passou a ser divulgado com mais força no Brasil após o processo preparatório para a Cúpula Mundial de Alimentação, que fora realizada em Roma, em 1992, pela Food and Agriculture Organization (FAO) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Apesar das iniciativas para combater a fome do Brasil demonstrarem significativo progresso no decorrer dos anos, podemos constatar que esses avanços não foram suficientes para garantir o direito de todos os cidadãos brasileiros de acesso a uma alimentação digna e suficiente para possibilitar uma vida saudável.

CAPÍTULO II

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ: UMA HISTÓRIA DE ASSISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO

2.1 Contextualização do município de Bela Vista de Goiás

De acordo com dados do censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município de Bela Vista de Goiás localiza-se a 45 quilômetros da capital do Estado e faz parte da região metropolitana de Goiânia.

A figura abaixo mostra como está dividida a Região Metropolitana de Goiânia e a localização do município de Bela Vista de Goiás.

Figura 1 - Mapa da Região Metropolitana de Goiânia - Goiás



Fonte: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/regplan/img/metropolitana.jpg>

No município de Bela Vista residem 24.554 habitantes (Censo do IBGE de 2010), dos quais estão matriculados na Rede Municipal de Ensino 997 crianças na primeira etapa da Educação Básica e 387 crianças entre 04 e 05 anos na Educação Infantil.

Nosso estudo está situado geograficamente no Bairro Santa Cruz, onde está localizada a sede da Associação de São José, objeto desta pesquisa. Este bairro é o mais antigo da cidade e faz divisa com o Parque Las Vegas, o maior bairro em extensão da cidade.

O Parque Las Vegas atinge uma grande dimensão em termos físicos, resultado do loteamento de uma fazenda de 147 alqueires na década de 80. Como a maioria dos lotes se localizava muito distantes do centro da cidade, foram vendidos em valores bem acessíveis naquela época, o que atraiu muitas famílias de todo o Estado goiano e também, das regiões Norte e Nordeste do país, que vinham para Goiás, fugindo da seca e buscando oportunidades de emprego.

Muitas destas famílias invadiram os lotes mais afastados e moraram durante anos debaixo de barracas, em situação extremamente precária. Nesta época não havia em Bela Vista nenhuma obra de ajuda social. O desemprego era um problema que assolava a maioria dos moradores, agravado ainda mais com a chegada de novos habitantes.

De acordo Esther Blanke (entrevista realizada em 23 de março de 2013) Diante dessa situação, a Associação de São José passou a focalizar seu trabalho prioritariamente naquela região, local onde residiam famílias que necessitavam não somente dos elementos básicos de subsistência, como também careciam de orientação e apoio em termos de saúde, higiene e orientação educacional dos seus filhos.

A figura abaixo mostra parcialmente o Parque Las Vegas, mas é possível ter uma ideia da sua extensão.

Figura 2 - Mapa do Parque Las Vegas em Bela Vista de Goiás

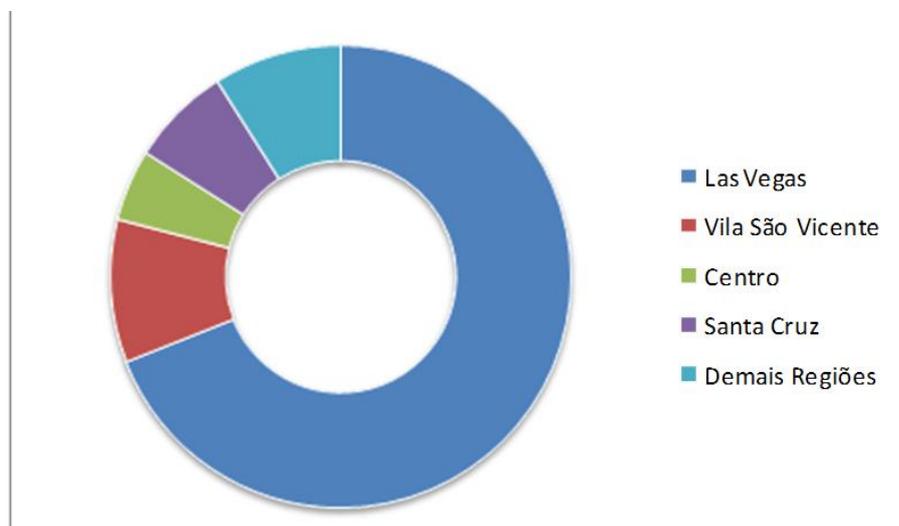


Fonte: Acervo da Associação de São José

O Relatório Anual de Atividades de 2012 mostra que, até os dias atuais, o maior número de crianças e adolescentes atendidos pelos projetos da Associação de São José é proveniente do Parque Las Vegas. No ano de 2012, das 566 crianças e adolescentes matriculadas nos seus vários projetos, 69 % são oriundos do setor supracitado; 10% da Vila São Vicente; 5% do Centro da cidade; 7 % do Bairro Santa Cruz e 9% dos demais bairros.

A figura abaixo apresenta a procedência das Crianças e adolescentes matriculados na Associação de São José em 2012.

Gráfico 1 - Regiões de Procedência do Grupo Alvo da ASJ



Fonte: Elaborado pela Pesquisadora.

2.1.1 Perfil da Associação de São José

A Associação de São José é uma entidade identificada no seu Estatuto (2007, Cap.I, Art.1º) como sendo de “caráter civil, filantrópica, de fins não lucrativos, dotada de personalidade jurídica de direito privado, de natureza educacional, cultural e de assistência social” que realiza um trabalho socioeducativo na cidade de Bela Vista de Goiás desde o ano de 1987.

A Entidade tem sua sede localizada no Bairro Santa Cruz e é mantenedora de projetos desenvolvidos nos Centros da Vila São Vicente e do Bairro Santa Cruz, no qual está a Escola Emílio Blanke.

Figura 3 - Sede da Associação São José e Escola Emílio Blanke



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

Todos os bens móveis e imóveis pertencentes à Entidade foram adquiridos e construídos através de Recursos recebidos da SOH. Assim, os prédios onde funcionam os projetos também se constituem como patrimônio da Associação de São José.

A Entidade foi criada para gerir o Projeto de Melhoria Alimentar da Fundação Ecumênica da SOH da Holanda, que financiou o projeto em Bela Vista de Goiás de 1987 até 1999. Após o encerramento da cooperação da SOH no ano de 99, a Associação de São José já estava preparada para sobreviver sozinha e desde então se mantém através de convênios e parcerias Governamentais de âmbito federal, estadual e municipal e ajuda de empresas locais.

Em âmbito Federal, é contemplada com 180 metas do PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil para crianças e Adolescentes entre 07 e 14 anos de idade, as quais participam no contraturno das atividades socioeducativas no Projeto Gente Feliz. Também da esfera Federal recebe recursos do PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Em âmbito Estadual tem convênio firmado desde 1988, através da Secretaria de Educação do Estado de Goiás, pelo qual a Entidade recebe o quadro de recursos humanos necessários para a execução das atividades sócioeducativas no contraturno, quadro este composto no ano de 2012 por 23 funcionários, dentre estes, o Diretor e Secretária da Escola Emilio Blanke, 02 coordenadores pedagógicos, 11 Professores de Orientação de Estudos e 06 funcionários administrativos.

Em âmbito Municipal, tem convênio também desde 1990, pelo qual recebeu em 2012, 47 funcionários, entre eles, 03 coordenadores pedagógicos; 04 professores e 01 monitor de Educação Infantil; 06 professores das turmas de 1º ao 5º Anos do Ensino Fundamental, e 07 Monitores das atividades socioeducativas; ainda 26 funcionários técnico-administrativos, entre os quais estão merendeiras, funcionários de serviços gerais e funcionários da horta, localizada no Centro São Vicente, que atualmente produz verduras e legumes utilizados na alimentação das crianças e adolescentes.

Através das parcerias com as empresas locais recebe mensalmente, 30 dúzias de ovos e 600 litros de leite para enriquecimento da alimentação oferecida às crianças e Adolescentes. Estas refeições não se caracterizam apenas como um lanche, pois todos os alunos do turno matutino recebem, no início das atividades pedagógicas, o café da manhã e às 10:30 recebem um almoço balanceado e bastante reforçado. No turno vespertino, as crianças e adolescentes recebem um lanche e no final da tarde também recebem o jantar.

A Associação de São José é composta por sócios, divididos pelas seguintes categorias conforme está registrado no Estatuto Interno de 2007 (Cap. III, Art. 15º: Os Sócios Fundadores- todos aqueles que participaram da fundação da Entidade; os Sócios Contribuintes- pessoas que se filiam a Entidade por aceitar a sua filosofia. São os sócios que, através de Assembleia decidem sobre tudo que diz respeito à Entidade.

Em relação a administração da Entidade, é composta pela Diretoria: Diretor-Presidente; Diretor-Vice-Presidente; Diretor- Secretário e Diretor-Tesoureiro. A Diretoria tem mandato de 03 anos e é eleita em Assembleia pelos seus membros associados.

A Associação de São José também trabalha com a Diretoria Ampliada que conforme está registrado no Relatório Anual de Atividades (2012, p. 7):

A Associação de São José, de acordo com o Art. 51 do Estatuto Interno de 2007 trabalha com a Diretoria Ampliada, órgão consultivo e articulador, no sentido de aprofundar a discussão interna com a contribuição da experiência e de alargar o seu leque, com a mensagem de ísócios atuantes na Escola Emilio Blanke.

Sendo a Escola Emílio Blanke o instrumento principal para a consecução de todos os objetivos da Associação de São José, entendemos que a participação da Diretoria Ampliada no quadro de administração da Entidade assume um papel muito importante para a concretização da sua filosofia.

2.1.2 Associação de São José: uma proposta de Educação não-formal

Baseando-se na caracterização legal da Associação de São José é possível perceber a amplitude da sua proposta de trabalho, que abrange os aspectos educacionais, culturais e de assistência social.

Em relação à área educacional, embora nos dias atuais a instituição ofereça também a Educação formal, o nosso foco de análise será a Educação não-formal que, por meio de atividades socioeducativas, desenvolve um trabalho que objetiva a formação integral dos sujeitos envolvidos com a entidade.

Gohn (2001) compreende a educação não-formal como sendo práticas socioeducativas desenvolvidas pela sociedade civil organizada por meio de movimentos sociais, organizações não-governamentais e outras entidades sem fins econômicos e lucrativos.

Complementando essa ideia, Park (2005, p. 415) assevera que a educação não-formal caracteriza-se por possibilitar a transformação social, oferecendo aos sujeitos que participam deste processo condições de interferirem na história, refletindo-a, transformando-a e logo se transformando.

Simson (2003, p. 11) também corrobora com essa ideia ao afirmar que “[...] a educação não formal se caracteriza por possibilitar a transformação social dando condições ao sujeito que participe deste processo de interferir na história por meio de reflexão e de transformação”.

Partindo do pressuposto de que a Educação, em todas as suas modalidades, é base do desenvolvimento humano, tanto na dimensão individual, quanto na social, que a Associação de São José ao redefinir seu trabalho a partir da separação da Paróquia Nossa Senhora da Piedade, define que seu intuito é de oferecer, por meio da Educação não-formal:

[...] subsídios para que os sujeitos possam desenvolver o pensamento reflexivo, levando-os a questionar a forma que a sociedade se organiza para a produção, promovendo assim, a conscientização do seu papel, enquanto sujeitos na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Uma sociedade na qual os sujeitos históricos se reconheçam como partícipes portadores de direitos, deveres e como responsáveis na busca da superação da marginalização. (Relatório Anual de Atividades de 1989, p. 3).

Percebe-se que o trabalho socioeducativo proposto pela entidade em questão configura-se movido por objetivos e ações que valorizam a formação humana, uma vez que ela parte do princípio que: “todos são iguais, tem os mesmos direitos e possuem os mesmos anseios de felicidade”. Acredita ainda que: “[...] a construção de uma nova ordem de Bem-Estar social para todos só se realizará através do crescimento e da inclusão de cada um [...] na busca de uma sociedade melhor para todos.” (Cap. II, Art. 7º b, do Estatuto 1994, p. 1).

2.1.3 Os protagonistas na criação da Associação de São José

Para compreendermos a importância do trabalho desenvolvido pela Associação de São José no município de Bela Vista de Goiás vale aqui recuperar o processo histórico de criação da instituição e conhecer um pouco sobre seus fundadores.

De acordo com os dados obtidos por meio das análises dos relatórios anuais da instituição e entrevistas realizadas com a atual Presidente e uma das protagonistas na criação da Associação de São José, foi possível identificar que o motivo que impulsionou a sua criação foi justamente a preocupação com a situação

de vulnerabilidade social da população “carente” de Bela Vista de Goiás por parte do casal, Esther e Emílio Blanke.

Maria Adélia Blanke Arantes, mais conhecida como “Esther”, nasceu em Bela Vista, onde estudou até o quarto ano primário. Após concluir essa fase de ensino, com onze anos de idade, em vista da falta de escola secundária na cidade, transferiu-se para Goiânia, onde cursou o Ginásio, como aluna interna no Colégio Santa Clara de Campinas.

Com quinze anos de idade Esther consagrou-se a Deus na Congregação das Irmãs Franciscanas do Colégio Santa Clara. Foi postulante aos dezessete anos e noviça aos dezoito. Porém, ao perceber que fora da Congregação também poderia desenvolver seus ideais, Esther abandonou o claustro.

Continuou seus estudos, graduando-se em Letras Neolatinas e em Orientação Educacional pela atual PUC- Goiás. Foi professora de Literatura, Latim e Francês em Goiás e em São Paulo, capital, onde residiu por dez anos.

Em São Paulo, nos meados da década de 60, Esther engajou-se num movimento jovem, conhecido como “Formigueiro”, composto por universitários que se reuniam durante os finais de semana no Educandário São Francisco de Assis do qual era Diretora, para discutir e analisar a situação político-social do Brasil, que se encontrava sob o comando autoritário dos Militares.

Nesta época ela conheceu o holandês Egbertus Emiel Martinus Josephus Blanke, mais conhecido no Brasil como Emílio Blanke, professor na PUC de São Paulo e mentor do movimento jovem “Formigueiro”.

Vale ressaltar que os vários movimentos de jovens da Igreja Católica preocupados com a situação político-social do país, a partir da década de 60, tiveram seus fundamentos ancorados no desenvolvimento da Teologia da Libertação.

A Teologia da Libertação, segundo Bordin (1987), parte do fenômeno histórico-político do processo de emancipação dos povos. É uma teologia política, visto que, a partir deste processo se pergunta sobre o sentido da fé.

A Teologia da Libertação, que só recebeu este nome em 1971- foi cunhada a partir da realidade social, econômica, cultural e política em que se encontrava a América Latina. Realidade que necessitava de práticas libertadoras frente às diversas opressões advindas da supremacia da América do Norte, em especial os

Estados Unidos da América, e os países europeus que sempre impuseram aos latino-americanos suas políticas, seus valores, sua cultura, entre outros.

A Teologia da Libertação surgiu na década de 50-60 permeada de vários fatores, dentre eles, três em especialmente relacionados a problemas de cunho econômico, político e social da América Latina.

Ressaltamos, em primeiro lugar, que alguns países deste continente, no período supramencionado estavam sendo governados por regimes militares, antidemocráticos, o que contribuiu para que a Teologia da Libertação se tornasse um instrumento de luta contra esses regimes autoritários.

Como segundo fator que contribuiu para o surgimento da Teologia da Libertação na América Latina, Boff (1981) destaca a ruptura do papel tradicional da Igreja Católica e as profundas mudanças operadas no seu interior, ocasionadas devido às transformações social, político e econômicas da América Latina, especialmente, a partir da segunda metade do século XX, atreladas às reivindicações populares em prol da luta por direitos e justiça às classes menos favorecidas.

No entanto, A Igreja Católica, buscando uma adequação ao momento político e não querendo perder o controle sobre as suas bases, acatou as decisões acordadas na Assembleia Geral do Conselho Episcopal Latino Americano realizado em Medellín no ano de 1968.

Nesta Assembleia foram tomadas importantes decisões de prática política e pastoral da Igreja, tais como: a opção pelos pobres e a defesa dos seus direitos como prioridade; a opção pela libertação integral, que implica críticas pertinentes às causas geradoras do empobrecimento, as quais estão ligadas ao sistema capitalista da América Latina e, por último, a opção pelas comunidades eclesiais de base (CEB's), considerando-as como o espaço onde os pobres podem reunir-se para discutir sobre os problemas que os assolam e refletir sobre as formas de luta para a superação dessa situação de opressão.

A respeito das CEB's, Bordin (1987) assevera que estas surgem como uma nova forma de organização pastoral, relacionada com o povo. Através dessa nova experiência se inicia um processo de renovação da Igreja, redemocratizando-se a partir das massas populares. O autor acrescenta ainda que as CEBs são entidades, grupos de pessoas ligadas entre si em razão geográfica, sendo seus objetivos

centrais a reflexão crítica sobre a realidade, confrontada com a Palavra de Deus e a prática. Nesse confronto, os participantes alcançam uma consciência política.

O terceiro fator que contribuiu para o surgimento da Teologia da Libertação está ligado à influência da corrente marxista, que é utilizada pelos teólogos da libertação como âncora para interpretar as contradições da sociedade latino-americana. Assim, o marxismo surge como instrumento cultural, com a finalidade de entender o histórico e o político em sua positividade científica (BORDIN, 1987).

De acordo com Lowy (2000), é da relação entre o marxismo com o cristianismo que resulta a Teologia da Libertação, sendo que a partir desta teologia os pobres passam a ser os principais protagonistas na luta por mudanças sociais e em busca da libertação, e não são mais considerados vítimas.

Como apresentada anteriormente, a Teologia da Libertação influenciou muitos movimentos populares que lutavam por uma sociedade mais justa e igualitária. O Movimento “Formigueiro”, de que Esther participava e cujo mentor era o Emílio, também carregava forte influência desta teologia.

É nesse contexto de lutas, que os componentes do Movimento “Formigueiro” se reuniam para pensar a situação do Brasil, no período do governo militar. Foi também neste período que Esther e Emílio, que partilhavam dos mesmos ideais de justiça e democracia, começaram um relacionamento amoroso interrompido pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), que levou Emílio a exilar-se na sua Terra Natal, Holanda, em novembro de 1969.

No ano de 1971, diante da situação política do país que continuava sob forte pressão dos militares, Esther resolveu partilhar com Emílio do seu exílio e partiu para Holanda. Neste mesmo ano os dois se casaram perante a Lei holandesa e no Consulado brasileiro de Rotterdam.

2.1.4 Geração da Associação de São José

Em entrevista realizada Esther Blanke relatou-nos que ao conhecer a Holanda, ficou impactada com a riqueza daquele país, que passava por um enorme desenvolvimento econômico. Inevitavelmente era impossível não perceber o enorme contraste em relação à situação de Bela Vista de Goiás que, naquele período, era assolada pela miséria, o desemprego e a fome e sem nenhum projeto social.

Emílio Blanke trabalhava na organização NSV (Nederlandse Stichting Vluchtelingenhulp - Fundação Holandesa de Ajuda a Fugitivos), com sede em Amsterdam. Tratava-se de uma organização com parceria com o Ministério da Justiça da Holanda e que oferecia total suporte aos asilados, vítimas de regimes ditatoriais e a indivíduos alvos de qualquer outra forma de perseguição, vindos de todas as partes do mundo.

Naquela época, a Holanda reservava 1.5 de seu PIB para ajuda humanitária internacional que, por meio de grandes organizações como SOH, SNV, ICCO, CHARITAS e outras desenvolviam projetos sociais no mundo inteiro, tais como: ajuda de reconstrução de país após grandes catástrofes naturais; Bolsas para estudantes asilados políticos; Programas de alimentação e Nutrição para as regiões onde havia o problema da fome; etc. (Entrevista realizada com a Presidente da instituição, em 20 de Março de 2013).

O fato de Emílio Blanke trabalhar nesta Fundação foi essencial para que, a pedido de sua esposa, buscasse o apoio de alguma dessas organizações para patrocinar um projeto social para a cidade de Bela Vista de Goiás. A SOH aceitou a proposta.

A SOH (Stichting Oecumenische Hulp), Fundação Holandesa de Ajuda Ecumênica era formada pela Igreja Católica e mais sete igrejas evangélicas, que decidiram reunir-se para realizar uma consistente ajuda internacional. Os recursos utilizados para desenvolver os projetos sociais em várias partes do mundo eram compostos em parte pelos repasses do governo holandês e parte pela contribuição das igrejas, que formavam a fundação.

Entretanto, o que se tornou mais difícil, segundo Esther, - já que Bela Vista não possuía nenhuma entidade de cunho social - foi encontrar alguém que tomasse a frente para a criação de uma associação interessada em estabelecer esta parceria para o desenvolvimento de um projeto social de Segurança Alimentar e Nutricional, de acordo com as normas exigidas pela SOH.

Enfim em outubro de 1985, Esther e Emílio de férias no Brasil, tentando mais uma vez buscar esta parceria em Bela Vista, entraram em contato com o Vigário da Paróquia da Igreja Nossa Senhora da Piedade, que assumiu a incumbência de desenvolver o projeto.

Emílio e Esther esclareceram ao padre que o projeto deveria ser realizado numa perspectiva de crescimento e emancipação dos sujeitos envolvidos e não numa proposta de caridade cristã.

É possível evidenciar essa exigência por parte da SOH nas orientações contidas numa carta enviada ao Pároco, em 10 de julho de 1986, a qual estabelecia que:

Os grupos visados para o projeto deveriam ser aqueles em situação de vulnerabilidade por falta de alimentos, os subnutridos tais como: mulheres pobres grávidas ou amamentando crianças até cinco anos, mães solteiras ou idosos sem recursos financeiros;
Que o projeto de Alimentação e Nutrição fosse desenvolvido não só como distribuição de alimentos, mas que estes fossem distribuídos dentro de um processo de formação e conscientização;
Que houvesse a participação do público alvo para elaboração do projeto;
Que se trabalhasse com indicadores;
Que houvesse um processo de verificação da influência da alimentação balanceada oferecida às crianças e adolescentes nos resultados escolares.

Diante das exigências da SOH, a Paróquia elaborou o projeto de Segurança Alimentar e Nutricional Conscientização. Enviado para Holanda, foi aprovado em seguida. E em outubro de 1986, a Paróquia recebe a primeira verba para desenvolver o projeto.

2.1.5 Associação de São José e sua evolução histórica

A historização do trabalho desenvolvido pela Associação de São José está explícita nos 25 Relatórios anuais da instituição, que constituíram os principais documentos analisados e que nos propiciaram a reconstituição do processo de criação, implantação e desenvolvimento desta instituição, mantenedora de vários projetos sociais, dentre os quais estão o Programa de Segurança Alimentar, Projeto Sócioeducativo (Educação não-formal) e a Escola Emílio Blanke (Educação formal).

A Associação de São José foi criada em 1986 e fundada legalmente em 1987, apoiada financeiramente pela Stichting Oecumenische Hulp - SOH, da Holanda. Seu objetivo: melhorar o estado nutricional de pessoas “carentes” residentes em Bela Vista de Goiás, que se encontravam em situação de vulnerabilidade por falta de

alimentos ou por causa de uma alimentação inadequada e proporcionar-lhes atividades socioeducativas com o intuito de sua formação para a cidadania.

A partir da análise efetivada no capítulo anterior a respeito da situação de pobreza da maioria dos brasileiros na década de 80, é possível compreender que a criação da Associação de São José está diretamente ligada a esse contexto, tendo em vista que seu objetivo primeiro era:

A conscientização da família carente, despertando-lhe a convicção do seu próprio valor e de sua capacidade de autopromoção, ajudando-a através da melhoria da sua alimentação, saúde, higiene, habitação, instrução e desenvolvimento profissional. (Estatuto de 1994, Cap. 1).

O que se evidencia nos 25 relatórios anuais elaborados pela instituição e por meio das entrevistas realizadas com a atual Presidente e uma das protagonistas na criação da Associação de São José, é que desde o começo, o Programa de Segurança Alimentar foi pensado para ser concretizado em articulação com o Projeto de Educação para a cidadania, numa proposta de formação e de conscientização do público alvo.

A ideia não era apenas distribuir alimentos para matar a fome, e sim, promover um trabalho de conscientização, visando o desenvolvimento integral das famílias, ajudando-as na busca de uma melhor qualidade de vida, acesso e garantia de seus direitos de cidadania, de modo a ajudá-las no crescimento em vista de um futuro mais digno.

Para atingir tal finalidade, a Associação de São José utilizou no começo de seu trabalho de dois projetos principais: Programa de Segurança Alimentar e o Projeto de Educação para a Cidadania que, articulados entre si, constituíram-se como um apoio para as famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade, tanto no aspecto de pobreza material, como também de pobreza política.

Pois como afirma Demo (2011, p. 02), “[...] a carência de cidadania possivelmente seja a dimensão mais grave dos pobres, porquanto esta carência impede que se tornem protagonista de sua própria emancipação.”

Portanto, baseada nesta convicção, a Associação de São José foi fundada não só almejando oferecer subsídios para a luta contra a pobreza material da

população do município de Bela Vista de Goiás, mas também com o intuito de auxiliar no processo de politização do seu público alvo.

2.1.6 Os três primeiros anos

Durante os três primeiros anos a Associação de São José esteve ligada à Paróquia Nossa Senhora da Piedade de Bela Vista de Goiás; sob a presidência do vigário da época. O próprio nome da instituição caracteriza a ligação inicial com a Igreja Católica, que foi dado por ser o nome do local onde funcionava o projeto, “Centro Comunitário São José”. No entanto, embora a Entidade tenha preservado o nome de “Associação de São José”, o seu trabalho não tem um caráter confessional.

Após três anos da Associação São José, a SOH realizou a primeira avaliação para identificar se realmente os objetivos estavam sendo atingidos, por meio das ações desenvolvidas.

Para tanto, a SOH enviou à cidade de Bela Vista um consultor técnico que, pautado nos relatórios anuais e na realidade do projeto, identificou que as ações recaíam apenas na oferta das refeições diárias para o público alvo, não havendo um processo de conscientização e formação consistente e efetivo.

Vale ressaltar que além de receber as principais refeições diariamente, o grupo alvo deveria participar dos projetos desenvolvidos pela instituição, com o intuito de contribuir para a organização das famílias envolvidas a fim de estimulá-las e capacitá-las para que elas próprias se autopromovessem, conforme está explícito no primeiro relatório anual elaborado pela instituição para apreciação da SOH:

A Associação São José tem como principal objetivo a conscientização das famílias envolvidas no projeto, visando despertar-lhes a convicção de seu próprio valor e de sua capacidade de se auto-promoverem, através da melhoria da alimentação, saúde e higiene, habitação, instrução e iniciação profissional. (Relatório Anual de 1988, p. 2).

Nesta época, Emílio Blanke que ainda residia com sua esposa Esther Blanke em Amsterdam, na Holanda, aposentou-se e decidiu retornar ao Brasil definitivamente. Aceitou ser nomeado Consultor da SOH para todas as obras do Brasil. Mudou-se então, para Bela Vista com a sua família e foi instado pela SOH a dar o seu aval para a continuação do Projeto. Emílio Blanke tornou-se então o

guardião da filosofia do projeto da Associação de São José e, em março de 1988, Esther é convidada pelo vigário da Paróquia para ser a Coordenadora Geral do Projeto.

Após análise, o consultor reuniu-se com os responsáveis pelo projeto e sugeriu a reformulação de algumas ações, adequando-as de acordo com as exigências da SOH, ou seja, desenvolver um programa de alimentação e nutrição articulado a atividades de cunho educacional para em vista a conscientização.

Aliás, como já explicitado anteriormente, nunca houve a intenção por parte dos fundadores e da SOH que a Entidade desenvolvesse um trabalho nos moldes apenas de assistencialismo, uma vez que acreditavam que a assistência mal feita muitas vezes, pode levar a pessoa à acomodação, à dependência, e esse não era o objetivo.

Ao contrário, de acordo com as análises realizadas, o objetivo era realizar um trabalho de conscientização, que pudesse contribuir para a emancipação das famílias e torná-las independentes, no sentido de serem capazes de se autossustentarem a partir da capacitação profissional recebida e, gradativamente, conseguirem caminhar sozinhos.

Mas por meio das entrevistas realizadas com Esther Blanke e análise dos documentos da instituição, foi possível perceber que tal processo não foi simples, já que o público alvo estava acostumado à forma pela qual o trabalho vinha sendo desenvolvido durante os três primeiros anos sob administração da Paróquia Nossa Senhora da Piedade.

Sabemos que a prática de assistência realizada pela Igreja Católica carrega historicamente características de caridade, doação, que se desenvolve por meio de práticas circunstanciais e emergentes, e este não era o objetivo principal da SOH, tendo em vista que esse tipo de ajuda, em muitos casos é necessária, mas não resolve o problema, apenas ameniza-o.

De acordo com dados contidos no Relatório Anual de Atividades de 1989, as ações realizadas durante os três anos iniciais do Programa de Alimentação e Nutrição não proporcionaram mudanças significativas, tendo em vista que grande parte das famílias atendidas se rendia ao comodismo, uma vez que recebia as quatro refeições básicas do dia, o que proporcionava desvantagens:

Servir os alimentos preparados apresenta várias desvantagens. Duas de vital importância:

- O incentivo à conformidade, ao comodismo de alguns pais que não buscam trabalho uma vez que a alimentação da mulher e filhos já estava assegurada;
- O esvaziamento da vida da mulher e filhas, crescendo ali desinteressadas da casa, do trabalho doméstico, indo e vindo 4 x ao centro para as refeições diárias. (Relatório Anual de Atividades, 1989, p. 09).

Constataram, outrossim, que após três anos, a oferta de uma alimentação farta e balanceada, não havia levado aos resultados esperados. Ao contrário, avaliações médicas indicaram que a alimentação oferecida não fizera efeito devido ao alto grau de verminose nas crianças. As famílias continuavam acomodadas, sem perspectivas de mudança.

Frente essa situação, a Associação de São José juntamente com as famílias atendidas pelo projeto, reelaborou a sua linha de atuação e acoplou junto ao Programa de Alimentação e Nutrição ações de cunho educacional que tinham como objetivo contribuir para a emancipação das pessoas envolvidas com a instituição.

Confiante que a Associação de São José havia identificado a sua verdadeira linha de atuação, a SOH confirmou seu patrocínio financeiro por mais três anos e, ao final desse período, realizaria uma nova auditoria para reavaliar se ações adotadas conseguiram resultados satisfatórios.

No quadro da adaptação do Projeto às normas da Holanda, deu-se início a um período de estudo e formação dos sócios, que haviam aderido ao Projeto sem conhecê-lo realmente. Emílio Blanke encarregou-se da formação deste pessoal, em reuniões semanais, e este grupo ficou caracterizado como o segundo grupo alvo da ASJ.

No trabalho com o grupo alvo, propriamente dito, começou-se a sentir o efeito da direção centralizadora da Paróquia e, paulatinamente, os sócios foram se conscientizando de que a direção da ASJ deveria ser mais democrática e os membros da diretoria escolhidos entre os sócios, por eleição.

Em 31 de março de 1989, no sentido de adequar o estatuto da ASJ às normas válidas para entidades, a Assembleia Geral votou a alteração da alínea "a" do art. 14 sobre a composição da Diretoria, cancelando a restrição ao cargo de

presidente, que assim ditava: “um presidente: sempre o vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade”.

A averbação foi feita em 30.08.1989. Somente ao efetivá-la, Emílio e Esther, perceberam que, com isto a ASJ estava, estatutariamente, desligada da paróquia, pois em todo o estatuto nada havia que as unisse.

Preocupados, procuraram o então Arcebispo de Goiânia, D. Antônio de Oliveira, que se manifestou totalmente compreensivo, afirmando que o trabalho social da Associação de São José era muito amplo para ficar a cargo de uma paróquia pequena e que o trabalho social era um trabalho específico para leigos cristãos e estimulou-os a prosseguirem.

Autônoma, a nova Associação foi, aos poucos, buscando o seu caminho, refletindo sobre uma filosofia que pautasse o seu trabalho.

Diante dessa redefinição do trabalho a ser desenvolvido, a Associação de São José decidiu-se pelo fechamento das atividades do Centro Comunitário São José em 1992 e concentrou seu trabalho nos bairros mais pobres da cidade: Bairro Santa Cruz, Las Vegas e Vila São Vicente.

[...] reassumindo o seu verdadeiro papel, optou por tornar-se uma obra de desenvolvimento social, com base na conscientização e formação do seu público alvo, tendo Emílio Blanke como responsável e guardião da linha filosófica do trabalho e Esther Blanke como coordenadora do projeto. (Relatório Anual de 2008, p. 09).

2.1.7 Associação de São José- de 1990 a 1999

Após o desligamento com a Paróquia Nossa Senhora da Piedade, a Associação de São José redefiniu seu trabalho e buscou desenvolver ações para a concretização dos objetivos da SOH, de conscientização e Segurança Alimentar das famílias.

Apresentaremos a seguir os projetos desenvolvidos pela Associação de São José durante os anos de 1990 a 1999, ano que termina o convênio com a SOH.

2.1.7.1 Projeto de Segurança Alimentar

Por meio do convênio com SOH da Holanda, que oferecia o apoio financeiro e a ajuda técnica para a execução do Programa de Alimentação e Nutrição, foi

possível à Associação de São José oferecer às famílias “carentes” de Bela Vista de Goiás o acesso à suficiente comida nutritiva para garantir-lhes uma vida saudável.

A SOH baseava-se no pressuposto de que crianças e adolescentes, que vivenciavam a falta de alimentos ou possuíam uma alimentação inadequada, podiam ter o seu desenvolvimento físico, social, afetivo e psicomotor comprometidos. E assim, a aprendizagem escolar, conseqüentemente, prejudicada.

É importante ressaltar que embora o Programa de Alimentação Escolar tenha sido criado desde 1954, ainda em meados da década de 90 permanecia com característica assistencialista e emergencial, oferecendo alimentos industrializados e sem a preocupação com o aspecto nutricional.

Para Vasconcelos (1988) a maior parte dos Programas de Alimentação e Nutrição criados no Brasil, inclusive o Programa de Merenda Escolar, foi permeada por objetivos econômicos e ideológicos que se constituíam como mecanismos de ampliação do mercado internacional e que padronizavam hábitos e práticas alimentares de acordo com os interesses de acumulação do capital dos países dito desenvolvidos.

O que queremos mostrar é que no capitalismo, assim como uma minoria se apropria da riqueza socialmente produzida, os países também mantêm relações desiguais entre si, onde os mais fortes se apropriam das riquezas dos mais fracos das mais diversas formas: trocas desiguais criação de necessidades desnecessárias, assim como a fome para ativar seu comércio, não escapando, evidentemente, os programas de colaboração, atrelados as suas próprias necessidades.

Partindo desse pressuposto podemos entender melhor os objetivos da SOH, que se preocupava em desenvolver programas de Alimentação e Nutrição em regiões, onde havia o problema da fome, já esclarecido como fenômeno decorrente e intrínseco às necessidades de socialização do capital. A SOH afirmava desenvolver políticas sociais permanentes para resolução do problema.

Segundo a fundadora, Esther Blanke, tais ações, embora de cunho emergenciais, eram necessárias levando em consideração que essas famílias estavam mergulhadas na pobreza. Em Bela Vista não havia mercado de trabalho suficiente e, muito menos, mão de obra capacitada, o que gerava o desemprego maciço. Sem renda, os pais de famílias não tinham como sustentar seus filhos.

Desta forma, os centros de alimentação tornavam-se indispensáveis para atender a essa necessidade básica.

Entretanto, Demo (2011, p. 93) afirma que:

[...] Para combater a fome é relevante o faminto poder manejar a solução. A parte mais triste da fome é a sua produção, de um lado, e a aceitação passiva, de outro. [...] Precisa de ajuda, mas precisa ainda mais poder dispensar as ajudas. [...] A Pobreza política é mais preocupante que a pobreza material e a superação daquela é mais estratégica que desta, embora não se trate de “duas” pobreza, mas de faces do mesmo processo de exclusão social.

Justamente para não reduzir o Programa de Alimentação e Nutrição a uma mera ação assistencialista, a SOH exigia que a Associação de São José desenvolvesse o projeto com base em objetivos, os quais seriam concretizados por meio das seguintes estratégias:

Estratégias permanentes:

Acompanhamento mensal do desenvolvimento físico das crianças até 60 meses, através de medição e pesagem. Tal procedimento tinha o objetivo de interpretar o impacto que as refeições oferecidas causavam no desenvolvimento físico dessas crianças. Conforme a análise do seu desenvolvimento, através do gráfico de peso e medida, se necessário, a Associação de São José oferecia-lhe dentro da própria instituição o reforço alimentar necessário.

Melhoria alimentar e nutricional das famílias por meio da geração de Renda familiar. Para concretizar essa estratégia a Associação de São José oferecia a capacitação e todos os insumos necessários para a formação de hortas familiares. Isto possibilitou a melhoria de alimentação do lar pelo aporte de legumes e verduras cultivados nessas hortas.

O incentivo à melhora dos hábitos alimentares e ao consumo de legumes e verduras, oferecendo às crianças refeições nutritivas e balanceadas e estimulando as mães a prepararem em casa esse tipo de alimentação. O repasse às mães de receitas utilizando os legumes e hortaliças cultivados nas suas hortas familiares.

Estratégias emergenciais:

- Combate à fome, melhoria alimentar e nutricional, através da oferta de alimentos preparados às crianças, a idosos e doentes;

- Doação de cestas básicas às famílias que passavam por dificuldades por causa do desemprego.
- Reforço alimentar das crianças de até 60 meses, em caso de persistência da desnutrição.

É possível perceber nos relatórios anuais da Entidade que as estratégias permanentes acima elencadas eram o seu principal foco, pois acreditava-se que estas possibilitariam mudanças significativas na vida das pessoas. Já as estratégias emergenciais, eram apenas paliativas, para resolver problemas circunstanciais e não provocariam mudanças no comportamento das dos assistidos.

2.1.7.2 Projeto de geração de renda

Com os recursos enviados pela SOH, a Associação de São José investiu na adequação da instituição para atender aos novos objetivos. Adquiriu um terreno no Bairro Santa Cruz para construção de hortas para as famílias e canteiros - Horta de Alunos - para adolescentes acima de 12 anos de idade, onde podiam produzir para garantir o sustento da família e até vender parte do que era produzido, se quisessem. Concomitantemente, foram construídas hortas no Centro da Vila São Vicente.

A Associação trabalhava com duas formas de hortas: a horta comunitária, que produzia alimentos para sustentar os centros de alimentação, e as hortas cultivadas pelas famílias e alunos.

As hortas comunitárias eram sustentadas pelo trabalho de dois funcionários e de alunos do Curso Prático de Horticultura que, sob a orientação de um técnico agrícola, aprendiam na prática o cultivo de legumes e verduras. Desta forma, essas hortas, além de contribuir para a garantia do sustento do Programa de Alimentação e Nutrição nos quatro centros, eram espaços de capacitação profissional para alunos.

Para poderem participar do Projeto das Hortas, os adolescentes com idade entre 12 e 14 anos tinham que estar estudando no ensino formal. No contra turno, após realizarem as tarefas de casa com a orientação do professor, eram levados para as hortas e ali permaneciam durante o período de 2 horas. Recebiam uma bolsa proporcional a um salário mínimo pela participação do Curso Prático de Horticultura. Se não houvesse um incentivo nesse sentido, eles abandonariam a

instituição para procurarem trabalho braçal fora, a fim de contribuir para o sustento de suas famílias.

Figura 4 - Horta dos Adolescentes



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

Após a promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente de 1990, a Associação de São José se adequou às exigências contidas na lei, principalmente em relação ao Artigo 60: “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.”

Preocupados com o tipo de trabalho realizado por esses adolescentes, a diretoria da Entidade buscou orientação junto ao Ministério do Trabalho, que enviou um fiscal e um advogado para avaliarem o projeto. Após a visita in loco concluiu-se que o tipo de trabalho executado estava de acordo com o que a referida lei previa, especialmente no seu Art. 68:

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

Em se tratando das hortas familiares, cada família recebia um quinhão de terra de 8 x 12 m, sementes, adubo orgânico e a ajuda de um técnico agrícola para cultivar legumes e verduras para seu próprio consumo ou comercialização.

Para comercializar as hortaliças e os demais produtos produzidos pelos alunos e famílias, a Associação de São José inaugurou no ano de 1991 uma feira, batizada como “Feira Cheiro Verde”. No local a população de Bela Vista encontrava produtos orgânicos. Os produtos vendidos nesta feira eram provenientes das hortas comunitárias, cujo lucro era revertido para a própria Entidade e os produtos das hortas de famílias e alunos, que a Associação repassava-os integralmente para as famílias e/ou alunos que as cultivavam.

Figura 5 - Horta na Vila São Vicente



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

Além dessas atividades realizadas com as crianças e adolescentes, a Associação de São José no ano de 1989 criou um Centro de desenvolvimento profissional para as mães dos alunos matriculados na Escola Conveniada Associação São José em que oferecia aulas de croché e bordado, datilografia, arte culinária e para os meninos, indústria de telas para alambrado.

As atividades foram ampliadas para todos os centros: Centro Comunitário São José, localizado no centro da cidade; Vila São Vicente, localizado a dois quilômetros do centro da cidade, onde na época residiam 38 famílias muito carentes; e Bairro Santa Cruz, que se limitava geograficamente com o Parque Las Vegas, um bairro grande em extensão, mas que apresentava características de periferia, sem saneamento básico, asfalto, habitado por moradores descrentes com as promessas não cumpridas pelos políticos.

Figura 6 - Horta Comunitária das Famílias



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

2.1.7.3 Projeto sócioeducativo

Para atender às novas perspectivas, a Associação de São José criou no ano final de 1988, a Escola Associação São José que, conveniada com a Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás e com a Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás, recebia recursos humanos necessários para desenvolver o trabalho nutricional e educacional.

Os dois convênios supracitados constituem-se até os dias atuais como parcerias de extrema importância para o desenvolvimento do trabalho da Associação de São José.

A Escola Conveniada passou a desenvolver dois projetos após 1988: O Projeto de Educação Infantil, que atendia crianças menores de seis anos de idade e

o Projeto de Reforço Escolar, que recebia crianças e adolescentes de sete a quatorze anos que eram atendidos no contra turno da Escola Regular, para a participação nas aulas de reforço escolar, artesanato e recreação.

De acordo com dados obtidos no Relatório Anual de Atividades de 1989 (p. 06) a Associação de São José passou atender nesse ano, 322 crianças e adolescentes no Centro Comunitário, 278 no Bairro Santa Cruz e 96, na Vila São Vicente.

As crianças e adolescentes matriculados no Projeto de Reforço Escolar, além de realizar as atividades escolares do dia-a-dia, participavam de rodas de conversas, onde eles podiam expor suas ideias sobre diversos assuntos, aprendiam a dialogar, a ouvir o próximo, respeitando suas opiniões, conforme explicitado na fala da fundadora Esther Blanke:

Por meio de um trabalho pautado na educação para a cidadania, a Associação de São José oferecia a oportunidade de se transformarem em cidadãos conscientes, de atitude e valor. O espaço de reflexão e discussão sobre o mundo, as trocas de vivências e opiniões os auxiliava no despertar da criticidade. (Entrevista realizada com a Presidente da instituição, Dona Esther em março de 2013).

Em ambos os centros iniciou-se um trabalho de conscientização e politização também com os pais dos alunos e estes foram incentivados a participar de reuniões semanais para discussão da situação política e social do país e de Bela vista, particularmente.

Tais momentos eram coordenados por um dos Protagonistas na criação da Associação de São Jose, Emílio Blanke, o qual incansavelmente tentava despertar a criticidade das pessoas, incentivando-as a lutar pelos seus direitos enquanto cidadãos e a não se conformarem com a situação de pobreza, que as assolava.

Ressaltamos a importância desses momentos, uma vez que, processos de discussão e participação fornecem alternativas e ferramentas que contribuem para a formação de um ser político que se torna capaz de refletir e buscar soluções para os problemas que o cerca, propiciando assim, a emancipação dos sujeitos.

Acreditamos, no entanto, que nenhuma entidade que promove um trabalho socioeducativo alcançará êxito se não trilhar esse caminho, pautando-se em práticas que promovam o diálogo e a discussão. Pois conforme afirma Demo (2011, p. 39):

[...] Quem tem o mínimo de consciência crítica e autocrítica sabe sobretudo, de seus vazios e precariedades; não toca trombeta na esquina, mas sabe medir suas forças, buscar alianças, fazer parcerias, mudar sua história. (DEMO, 2002, p. 39).

A esse respeito Paulo Freire (2011, p. 120) defende que:

O que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só do nível intelectual, mas no nível da ação.

Essa era a base da proposta de conscientização das pessoas envolvidas nos projetos da Associação de São José por parte dos seus protagonistas. Para atingir tal escopo, os momentos conjuntos de reflexão eram imprescindíveis, tanto com as crianças e adolescentes e as famílias, como também com os educadores.

Nesse processo de reflexão, as próprias mães, que compunham as hortas das famílias, perceberam a necessidade de aprender a ler e escrever, pois quando iam comercializar seus produtos, não dominavam nem as operações matemáticas mais simples e muito menos conseguiam anotar a quantidade da produção para ter um controle. Diante dessas dificuldades as mães sugeriram em reunião para a diretoria da Associação de São José que lhes oferecesse um curso de alfabetização.

Assim, foi criado no ano de 1994, no período noturno, nos Centros da Vila São Vicente e Santa Cruz, o Curso de Alfabetização para Adultos. A metodologia era baseada nas propostas de Paulo Freire, onde o aluno não aprendia apenas a decodificar os símbolos gráficos, mas também, era levado a realizar uma “leitura o mundo”.

Emílio Blanke que era um estudioso de Paulo Freire promovia momentos de formação para os educadores com o intuito de contribuir para a realização de um trabalho pedagógico que levasse os adultos a se alfabetizarem no sentido mais amplo do termo. Freire considerava que esse processo de alfabetização deveria ter um caráter emancipatório, libertador, problematizador da realidade para que realmente fizesse sentido e provocasse mudanças no alfabetizando.

A experiência de alfabetização de adultos se repetiu até o ano de 2003. Segundo os documentos analisados, tal trabalho foi significativo para muitos pais que conseguiram um progresso muito bom em relação a seus estudos, o que

possibilitou a empregabilidade e, em alguns casos, a aprovação em concurso público.

2.1.8 Projeto Sócioeducativo e Necessidade de Formação dos Educadores

O educador assume um papel muito importante nesse processo de formação para a cidadania, que ultrapassa a mera transferência de conteúdos para os alunos. Sua tarefa é acima de tudo, a de promover uma “educação libertadora”, que conforme afirma Paulo Freire, será capaz de contribuir para a emancipação do educando.

Educação libertadora para Freire (2011, p. 95) é aquela pautada no diálogo, que ocorre num processo democrático, onde “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” E continua:

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos [...]

Desse modo, o educador não pode ser alienado à ignorância, ele também precisa desenvolver o pensamento crítico sobre o mundo, libertando-se do pensamento ingênuo, da acomodação, do conformismo.

Para que possa contribuir para a construção da cidadania faz-se necessário, antes de mais nada, que ele tenha consciência do seu papel enquanto educador.

De acordo com Freire (1979, p. 77) novas tarefas lhe são colocadas para que possa contribuir para a concretização de uma educação para a cidadania, tais como:

Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos [...]. Ensinar exige responsabilidade para o diálogo [...]. Ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural [...]. Ensinar exige a apreensão da realidade [...], transformar a realidade para nela intervir.

Diante dessas novas exigências, torna-se explícito que o educador deve ser dotado de consciência crítica, capaz refletir com seus educandos sobre a realidade que os cerca. Que seja capaz de oferecer a seus educandos os instrumentos necessários para que eles possam gozar plenamente de seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

Sendo assim, para atender a essas exigências, o educador precisa conscientizar-se de que necessita aperfeiçoar sua prática por meio de sua formação continuada.

Tendo em vista que para a promoção de uma educação para a cidadania é necessário que o educador esteja preparado para desempenhar seu trabalho dentro dessa proposta, a Associação de São José deparou-se com sua maior dificuldade, uma vez que não encontrava na cidade de Bela Vista pessoal qualificado para desenvolver o tipo de trabalho que ela propunha.

Considerando que em meados da década de 90, havia no Brasil, um número insignificante de docentes licenciados, a situação de Bela Vista não era diferente. Vale lembrar que somente após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, a obrigatoriedade às licenciaturas foi previsto em lei.

Identificando esse problema, a Associação de São José percebeu que era preciso estabelecer um processo contínuo de formação entre os educadores e então com a colaboração de Emílio Blanke, semanalmente, passou a se reunir com eles para refletir e discutir temas de interesse do grupo.

Também eram realizados encontros mensais com a participação de todos os funcionários dos centros para um estudo sobre a linha de trabalho da Associação.

Figura 7 - Reunião com Educadores e Funcionários da ASJ



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

Para colocar em prática a linha pedagógica da ASJ, Esther Blanke dava o suporte necessário para que os educadores pudessem preparar boas aulas de reforço, rodas de conversas instigadas por assuntos de interesse das crianças e adolescentes e também auxiliava-os nas dificuldades referentes à conteúdos.

Em se tratando a Educação Infantil, as educadoras eram preparadas por Tereza Arantes de Faria, irmã de Esther Blanke, que graduada em Pedagogia, após sua aposentadoria, se debruçou nos estudos sobre o Método Natural de Alfabetização de Gilda Rizzo, e como voluntária, passou a realizar momentos de estudos juntamente com os educadores, que atuavam na Educação Infantil sobre o método supracitado.

O exposto acima demonstra a complexidade do trabalho educacional realizado pela Associação de São José que, por ser complexo, não significa que não é possível de ser concretizado. Mas sem dúvidas, essa efetivação somente é possível por que há um processo de formação continuada dos educadores, daí a especificidade e o diferencial do trabalho desenvolvido por ela.

Nos anos seguintes muitas ações foram implantadas e testadas, muitas delas, abandonadas por não terem conseguido alcançar os resultados almejados. Mas de acordo com os Relatórios Anuais da Entidade analisados, diversas estratégias foram mantidas no decorrer dos 25 anos do projeto, principalmente no que tange à educação para a cidadania.

2.1.9 Auto - Sustentação da Associação de São José

Segundo informações obtidas por meio de entrevistas realizadas com Esther Blanke, a SOH, da Holanda era uma entidade muito organizada e exigente. Para identificar se os projetos desenvolvidos pelas instituições parceiras estavam alcançando eficácia, realizava o monitoramento por meio de análise dos relatórios de atividades ,que eram encaminhados anualmente para a Holanda e também por meio das visitas técnicas às instituições, realizadas a cada três anos.

O objetivo principal dessas visitas era avaliar o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional realizados pelas instituições, a fim de ajudar no melhoramento da qualidade dos trabalhos por elas desenvolvidos.

Neste sentido, no ano de 1992, a SOH ofereceu para três instituições brasileiras a possibilidade de realizarem uma auto- avaliação do seu trabalho e o

assessoramento necessário para planejar novas linhas de ações para serem executadas nos próximos três anos, com o propósito de prepará-las para se tornarem independentes e auto-sustentáveis.

As referidas instituições foram selecionadas porque desenvolviam trabalhos significativos para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional nos espaços que estavam inseridas, porém ainda encontravam dificuldades para seguir o caminho, sozinhos, sem a ajuda financeira da SOH.

As três instituições tinham em comum:

Estavam recebendo apoio financeiro da SOH por um tempo já bastante longo;
Cada uma estava seguindo um processo interessante de desenvolvimento, partindo de um programa de fornecimento alimentar que [...] abrangia diversas atividades integradas com o objetivo de melhorar a segurança alimentar dos grupos visados;
Não dispunham de um sistema de monitoramento que permitia uma (auto) avaliação dos resultados do projeto. (Relatório da visita técnica de 1993, p. 1).

As instituições brasileiras escolhidas foram: Bem Estar do Menor (BEM), localizada na cidade de Sabinópolis, Minas Gerais; A Casa do Menor “Dom Fernando Gomes” (CAMEFGO), da cidade de Senador Canedo, em Goiás e a Associação de São José (ASJ), situada em Bela Vista de Goiás.

Para realizar esse trabalho de monitoramento, a SOH pediu a assistência técnica de Sonja Vlaar, assessora da organização de consultoria SAWA, e a enviou para o Brasil em março de 1993.

Ao chegar em Bela Vista, Sonja realizou reuniões com os membros da Associação São José para avaliarem as ações desenvolvidas pela instituição. Para realizar o estudo foram seguidos os seguintes passos, conforme está explicitado no Relatório da visita técnica (1993, p. 32):

1. Passo 1: Análise dos problemas da Segurança alimentar do grupo alvo;
2. Passo 2: Análise dos objetivos;
3. Passo 3: Identificação das estratégias de intervenção;
4. Passo 4: Determinação dos indicadores;
5. Passo 5: Determinação dos meios de verificação.

Segundo Esther Blanke, por meio dessas análises, foi possível identificar as falhas e planejar estratégias de intervenção para os próximos anos, e assim ficou estabelecido:

Objetivo global: Promoção da família através da conscientização dos seus próprios valores e capacidades.

Objetivo específico: Melhorar a segurança alimentar das famílias da população visada.

Resultados intermediários:

2. Renda familiar aumentada;
3. Melhorar os hábitos alimentares e os hábitos de higiene;
4. Aumentar a produção alimentar;
5. Formação para melhorar o convívio familiar;
6. Criar fontes de renda para a própria Associação.

(Relatório da Visita Técnica, 1993, p. 32).

No que diz respeito à Educação não-formal (Reforço escolar, Orientação de Estudos), ficou estabelecido que a Associação de São José deveria ter como indicador, a melhoria do rendimento escolar dos alunos na Escola Regular. Os elementos formadores deste indicador eram a frequência, a média bimestral por disciplina de cada aluno e a percentagem de promoção anual por turma.

Em relação ao processo de conscientização do público alvo, decidiu-se que continuariam utilizando as seguintes estratégias: realizar rodas de conversa com as crianças e adolescentes, reuniões semanais com os educadores, reuniões mensais com os pais das crianças e adolescentes matriculados na Entidade, Curso de Alfabetização para Adultos e realização de visitas às casas das famílias para conhecer suas realidades e estabelecer uma parceria de confiança, visando o desenvolvimento dos seus filhos.

Segundo Esther Blanke, as estratégias apresentadas acima foram aperfeiçoadas e colocadas em prática até 1999, período que a Associação recebeu mais uma visita técnica de Teresa Mendonza, enviada pela SOH para monitoramento do trabalho realizado e preparação para o término da parceria.

Após a visita, a SOH chegou às seguintes conclusões, conforme expresso em fax enviado à Associação de São José, em 09 de dezembro de 1999:

Os dados observados em relação ao Programa de Alimentação e Nutrição desenvolvido pela Associação de São José, na cidade de Bela Vista de Goiás indicam que houve uma melhoria da situação nutricional dos grupos visados. [...] Se realmente esses dados forem representativos e confiáveis, eles indicam que a ASJ contribuiu ao combate da malnutrição endêmica em Bela Vista, resultados que

foram alcançados por que conseguiu aumentar a disponibilidade de alimentos e de renda das famílias.

[...] O projeto da ASJ nos colocou numa situação única e excepcional por causa do sucesso do programa [...]. Isto implica que o nosso apoio através do programa VPO atingiu o seu objetivo e chegamos ao momento que precisamos dizer que dentro em breve vamos parar com o nosso apoio financeiro.

Portanto, no ano de 2000 a Associação teve - por êxito - a sua parceria com a SOH findada e passou a sobreviver de convênios com as três esferas governamentais, da ajuda de empresas locais, cooperação de pessoas físicas e do lucro advindo da comercialização de hortaliças orgânicas na “Feira Cheiro verde”.

CAPÍTULO III

MUDANÇA DE RUMO DA ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ- A PARTIR DE 1999

3.1 Associação de São José a partir de 1999

Com o término da parceria com SOH e considerando que o problema da fome e má nutrição do seu público alvo havia sido amenizado, a Associação de São José passou a focalizar seu trabalho na Educação.

Adotou uma postura mais participativa e estabeleceu estratégias para melhorar os serviços prestados à comunidade. Para tanto, procurou integrar todos os projetos que desenvolvia num só programa, “o Programa de Desenvolvimento Humano Integral.” (Relatório anual de Atividades, 1998, p. 1).

O referido programa passou a ser composto por dois projetos básicos, que estavam apoiados pelos convênios e pela contribuição da própria instituição. São eles: Projeto de Educação Infantil e o Projeto Gente Feliz (atividades socioeducativas).

3.1.1 Projeto de Educação Infantil

A partir dos documentos analisados, foi possível perceber que a Educação Infantil sempre foi a “menina dos olhos” da Associação de São José, primeiro porque havia a convicção de que ao frequentarem a instituição essas crianças teriam acesso a uma alimentação saudável e balanceada e fugiriam da fome, que invadia as suas vidas. Em segundo lugar, por acreditar que o acesso da criança à Educação Infantil contribuiria significativamente para o seu sucesso no Ensino Fundamental.

A Educação Infantil no Brasil tem sido historicamente relegada pelo poder público, o que retrata uma trajetória marcada por continuidades, descontinuidades, avanços e retrocessos.

A Constituição Federal de 1988 foi a “porta de entrada” para a garantia do direito de acesso das crianças menores de seis anos de idade nas instituições educacionais.

De acordo com a referida lei, as creches e as pré-escolas passam ser concebidas como instituições educacionais, a criança torna-se sujeito de direitos públicos e isto significa que o Estado, complementando a família, passa a ter que

cuidar da infância. Porém, apesar desse direito estar contido na lei brasileira de maior relevância, a garantia de atendimento a todos aqueles que a demandam ainda não se efetivou de fato.

Dois anos depois da Promulgação da CF é aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente, que vem reafirmar as definições da Constituição de 88. O ECA destinou à Educação o capítulo IV, intitulado “O direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer”, o qual reforça o estabelecido na Constituição Federal.

Com a promulgação da Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 a Educação Infantil foi inserida como primeira etapa da Educação Básica.

Em face desse alargamento da Educação Básica, a Educação Infantil ganhou mais espaço nas discussões sobre a sua importância, e o acesso passou a ser direito de todas as crianças de 0 a 6 anos de idade, mas não obrigatória. No entanto, nos estabelecimentos oficiais de Educação Infantil, a sua oferta passou a ser gratuita em obediência à legislação, ainda que circunscrita até a atualidade ao atendimento de uma minoria da demanda, principalmente nos grandes centros urbanos do país.

A lei em questão prevê em seu art. 29 as finalidades dessa modalidade de ensino que estabelece: “[...] o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e comunidade”.

Vale ressaltar que embora, a proclamação das leis, não signifiquem a sua efetividade, estas representam um avanço indiscutível em relação às leis anteriores que não considerava a criança menor de 6 anos de idade como portadora de direitos.

A esse respeito, Cerisara (1998, p. 14) afirma que:

[...] entre a proclamação de direitos na forma da lei e a consolidação da mesma em práticas sociais adequadas existe um grande hiato, essa leis constituem um marco decisivo para o longo caminho a ser percorrido na busca de uma possível definição do caráter que as instituições de educação infantil devem assumir, sem que reproduzam as práticas desenvolvidas no seio das famílias, nos hospitais ou nas escolas de ensino fundamental.

Os textos legais e sua propagação não garantiram ainda, até os dias atuais, que toda população de crianças entre zero e seis anos de idade, tenha o exercício

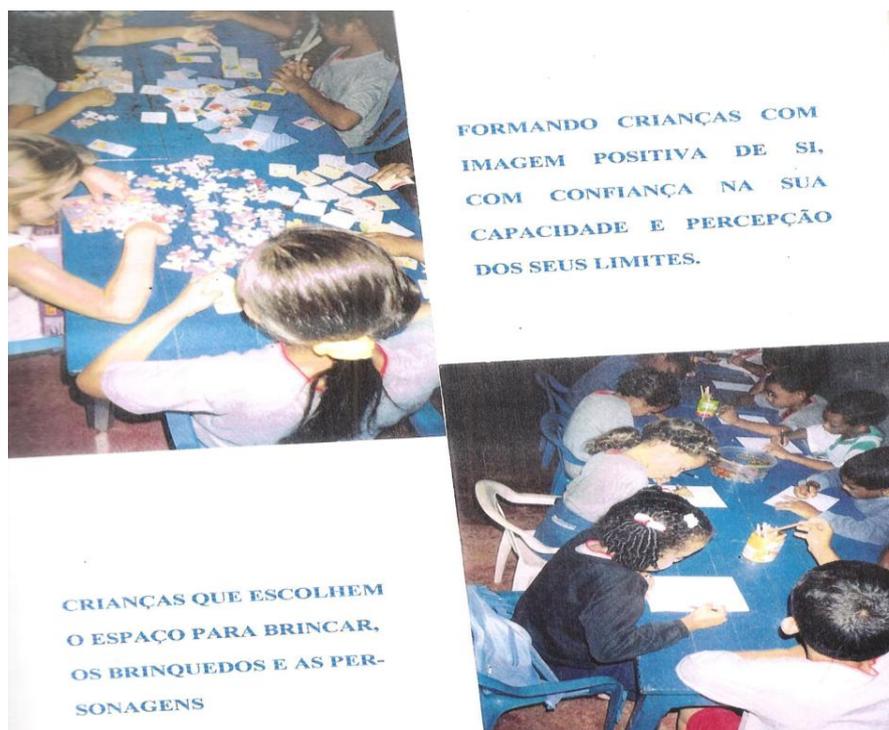
de seu direito a educação garantido, uma vez que coexiste uma série de fatores que dificultam a sua concretização.

Ressaltamos em especial, a ampliação das políticas públicas de atendimento às crianças nesta faixa etária, ampliação do número de instituições de Educação Infantil, investimento na formação inicial e continuada dos professores que atuarão nesta modalidade de ensino e valorização desses profissionais, adequação das propostas de Educação Infantil, tendo em vista contemplar as especificidades desta faixa etária, possibilitando o enriquecimento das experiências infantis; dentre vários outros fatores.

Também há a necessidade de ressignificação dos espaços de educação infantil, cujas práticas educativas propiciem situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientados de forma integrada, possibilitando o acesso das crianças aos conhecimentos de forma mais ampla.

A Associação de São José considerando esta etapa da Educação básica como importantíssima para o desenvolvimento integral das crianças, adequou a sua proposta de Educação Infantil de acordo com as legislações vigentes e ampliou o atendimento a essa faixa etária por meio da Escola Conveniada Associação de São José.

Figura 8 - Alunos da Educação Infantil Realizando Atividades dos Cantinhos



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

Para atingir tal objetivo a Escola Conveniada “Associação São José” ofereceu ambiente físico apropriado. Segundo Faria (2000, p. 70), apropriado no sentido de:

As instituições de Educação Infantil deverão ser espaços que garantam o imprevisto (e não a improvisação) e que possibilitarão o convívio das mais variadas diferenças, apontando para a arbitrariedade das regras (dai o jogo e a brincadeira serem tão importantes, iniciando o exercício da contradição, da provisoriidade e da necessidade de transformações).

A Associação de São José é privilegiada, no quesito espaço físico. Possui uma área livre ampla e arborizada, o que leva a criança a se familiarizar com facilidade com o ambiente escolar, pois este lembra o quintal de uma casa.

Figura 9 - Espaço Livre para Recreação



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

Em se tratando do espaço físico das salas de aula, são amplas, arejadas, iluminadas e preparadas ambientalmente para proporcionar experiências que visam o desenvolvimento integral das crianças.

Na distribuição do espaço da sala de aula estão organizados os “cantinhos”, a saber: Cantinho da Construção, Cantinho da boneca e dramatização, Cantinho do recorte, Cantinho dos jogos, Cantinho da Biblioteca, Cantinho do Desenho e Pintura, e Cantinho da Limpeza. Na rotina da aula são escolhidos todos os dias, três ou quatro desses cantinhos para que a criança escolha a sua atividade por iniciativa própria.

Além de oferecer o espaço físico adequado, desenvolve uma proposta pedagógica baseada no Método Natural, no qual o currículo não é desenvolvido através de conteúdos programados numa sequência. Os conteúdos baseiam-se “na própria vivência do dia-a-dia da criança, emanado de suas relações afetivas- sociais com a professora, pessoas amigas, colegas e o mundo à sua volta.” (Relatório Anual de Atividades, 1998, p. 1).

No Método Natural Segundo Gilda Rizzo (1998, p. 48-49):

A Alfabetização Natural é uma metodologia de estimulação que leva ao domínio da leitura e da escrita a partir das e sobre as motivações naturais, potencial e linguagem do aluno, sem empregar qualquer artificialismo pedagógico. É o aluno que escolhe o vocabulário, que imprime e dá significado a todo o processo. [...] A Alfabetização Natural é um processo de construção dos esquemas de leitura e escrita, que hoje deve estar classificado entre os processos construtivistas.

Em relação à metodologia, a Escola Conveniada Associação São José utilizava-se de temas geradores, os quais surgem através das necessidades das crianças, expressas por elas nas rodas de conversas, ou observadas pela professora.

Neste sentido, a roda de conversa se constitui como o principal recurso utilizado diariamente pela Associação São José em todos os projetos que visam a Educação para a Cidadania.

Figura 10 - Roda de Conversa



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

3.1.2 Projeto Gente Feliz

O Projeto Socioeducativo da Criança e do Adolescente passou a chamar-se “Gente Feliz” no ano de 1997. Essa mudança se deu em decorrência da participação da instituição num enriquecedor aprimoramento, em vista de sua participação no Concurso Brasil Criança Cidadã. Como preparação para o concurso, as entidades receberam subsídios para uma caminhada inovadora dos programas de proteção integral à criança dentro da Assistência Social.

A ASJ aprofundou o estudo destes subsídios com toda a comunidade escolar e procurou assimilar a linha pedagógica sugerida, adequando o seu trabalho àquelas sugestões.

O Projeto Gente Feliz foi classificado no concurso supracitado e após encerramento do programa, a ASJ deu continuidade ao trabalho dentro daquele perfil e até hoje desenvolve um conjunto de ações socioeducativas com crianças de 06 a 16 anos de idade, voltadas para o desenvolvimento de suas potencialidades e sua formação como cidadão.

Portanto, o Projeto Gente Feliz visa:

[...] promover a formação integral da criança e do adolescente, oferecendo-lhes oportunidades para que se desenvolvam conscientes de seus direitos e deveres, integrados na comunidade que estão inseridos. (PPP da Escola Conveniada Associação São José, 1999, p. 16).

As atividades socioeducativas desenvolvidas pelo Projeto Gente Feliz se agrupavam em dois núcleos, são eles: Atividades do Núcleo Básico e Atividades do Núcleo Específico.

As atividades do Núcleo Básico são formadas pela Orientação de Estudos, Roda de Conversa, Grupo de Leitura, Computação, Formação de Habilidades e Recreação.

Em relação à Orientação de Estudos o objetivo consistia em “garantir a permanência do aluno, com êxito, na Escola Regular” (Relatório Anual de Atividades, 1998, p. 17).

Para alcançar tal objetivo, a Escola Conveniada Associação de São José realizava o acompanhamento do aluno em relação ao conhecimento e domínio do conteúdo ministrado pela Escola Regular.

Com o intuito de preencher as lacunas existentes, as atividades propostas na Orientação de Estudos davam ênfase ao exercício da comunicação e expressão por meio de estratégias como: seleção de alunos com mais dificuldade para serem encaminhados para as aulas especiais; realização de contato com a Escola Regular e com a família; intercâmbio com o professor da Escola Regular.

Outra metodologia que fazia parte nesta época do Núcleo Básico de Atividades é o grupo de conversa. Com o nome de “Roda de Conversa” a Associação de São José sempre utilizou dela, pois a considerava como o pivô da mudança de padrão do comportamento dos alunos e também por possibilitar “a troca de ideias, onde o aluno aprende a ouvir, a se expressar, a defender um ponto de vista com argumentação, a respeitar a opinião do outro.” (Relatório Anual de Atividades, 1998, p. 18).

Os grupos de Leitura também compunham o Núcleo Básico de Atividades; estes eram utilizados para ajudar aqueles alunos que apresentavam dificuldade na leitura. Para a realização desta atividade o educador selecionava os livros de acordo com o nível de dificuldade e de interesse.

Figura 11 - Grupo de Leitura



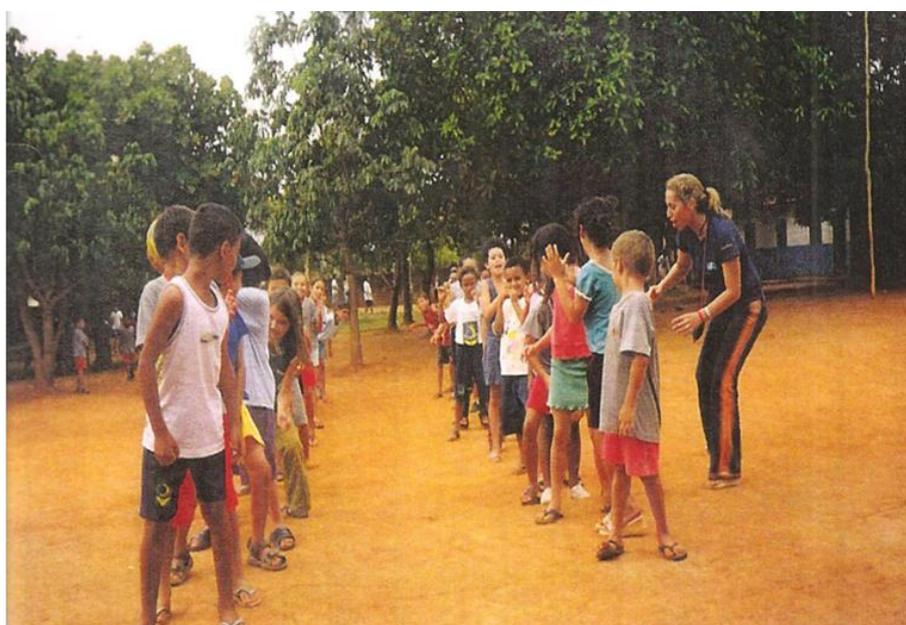
Arquivo particular da Associação de São José

No que tange à formação de habilidades e hábitos, buscava-se junto às crianças e adolescentes a conscientização sobre a importância da realização das coisas comuns do dia-a-dia, tanto para si, como também para a sua participação

ativa na vida social, tais como: a importância da higiene pessoal e ambiental; formação de hábitos alimentares; aprendizagem de habilidades domésticas como o asseio da casa, a decoração do ambiente, entre outros; habilidades na inserção na rotina diária.

Visando o desenvolvimento da sociabilidade das crianças e adolescentes, a Associação de São José oferecia por meio da Recreação dirigida, acompanhada pelo educador, espaço e tempo para o esporte e lazer.

Figura 12 - Recreação Dirigida



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

A última atividade que compunha o Núcleo Básico era a Iniciação à computação, que oferecia a oportunidade de contato com o computador, permitindo às crianças e adolescentes a inserção ao mundo tecnológico.

As atividades que compunham o Núcleo Específico do Projeto Gente Feliz eram as atividades artísticas e desportivas. As atividades artísticas eram compostas por grupos de Artesanato, Teatro, Música e Dança. Essas atividades se justificam, de acordo com os Relatórios anuais da Associação de São José, por permitir a expressão e a socialização.

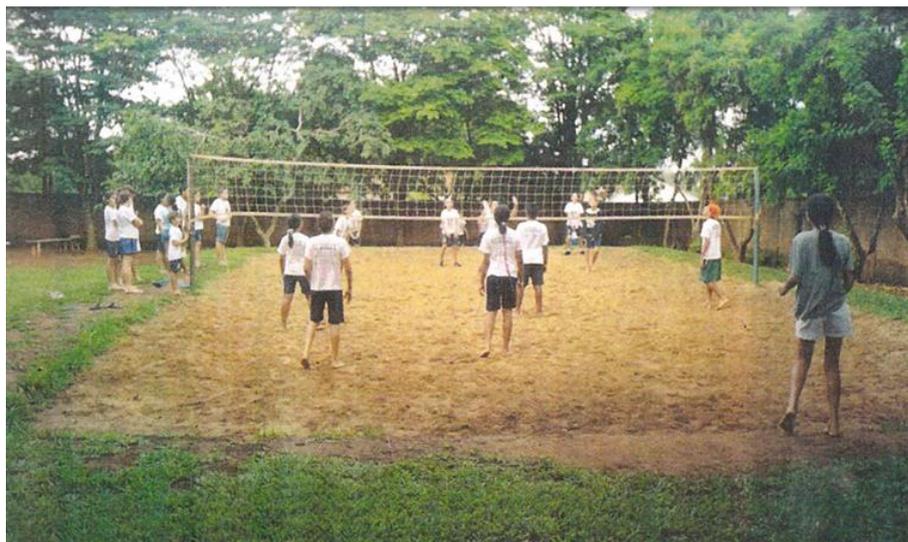
Figura 13 - Grupo de Dança

Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

Já as atividades desportivas compunham-se do futebol, queimada, tênis de mesa e voleibol. Elas se efetivavam por meio de preparação física coletiva, treinos e participação em interclasses. Essas atividades davam às crianças e adolescentes a oportunidade de praticar um esporte da sua escolha, para o qual manifestasse talento e o exercesse dentro das normas, exigências e regulamentos.

Figura 14 - Tênis de Mesa

Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

Figura 15 - Time de Voleibol

Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

3.1.3 Associação de São José a partir do ano de 2008

Após análise realizada dos dois últimos Estatutos da Associação de São José: Estatuto de 2004 e Estatuto de 2007, (o último ainda em vigência), foi possível perceber as mudanças ocorridas entre ambos, principalmente, no que concerne à sua denominação.

A esse respeito, no Estatuto de 2004, no Capítulo I, Artº. 1º, está explícito que: “A Associação de São José ou ASJ é uma Entidade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica de direito privado [...]”. Já o Estatuto de 2007 amplia sua denominação, acrescentando ao artigo supracitado a natureza do trabalho da Entidade que passa a ser de caráter educacional, cultural e assistência social. (Est. 2007, Cap. I, Art. 1º).

Ao ser acrescentado no último Estatuto o caráter da Entidade, esta amplia suas áreas de atuação, o que resultou da necessidade da redefinição do seu trabalho para que tais mudanças pudessem ser concretizadas a partir dos anos posteriores.

Sendo assim, pelo que consta na Ata de Assembléia Geral de 29 de Junho de 2007, os associados da Entidade em questão se reuniram com a finalidade de planejar o trabalho educacional, cultural e de assistência social para os próximos anos e decidiram por:

- Unificar todas as atividades socioeducacionais - Educação Infantil e Jornada Ampliada “Gente Feliz” - sob o nome de Escola Emílio Blanke, antiga Escola Conveniada Associação São José.
- Encaminhar o pedido de autorização ao Conselho Estadual de Educação para a Escola Emílio Blanke ministrar o Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, de forma gradativa, a partir de 2008.

Diante das mudanças estatutárias supramencionadas e a redefinição do seu trabalho, a Associação de São José passou, a partir de 2008, a ser a mantenedora de todos os projetos desenvolvidos nas áreas educacional, cultural e de assistência social, os quais estão relacionados entre si e tem a Escola Emílio Blanke como instrumento primordial para a consecução das suas finalidades de acordo com as áreas de atuação. (Relatório Anual de Atividades de 2008, p. 23).

O quadro a seguir apresenta os **objetivos, projetos e atividades** desenvolvidas pela Associação de São José de acordo com cada área de atuação a partir do ano de 2008 até os dias atuais.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ			
Áreas de atuação	Objetivos	Projetos	Atividades
Educação	“Oferecer à criança e o adolescente de baixa renda condições eficientes que promovam seu crescimento e desenvolvimento integral.”	1. Escola Conveniada Emílio Blanke: 1.1 Educação Infantil 1.2 Educação Formal 1.3 Projeto Gente Feliz	<ul style="list-style-type: none"> • Ensino Regular para 1ª Etapa da Educação Básica e Educação Infantil. • Ações socioeducativas no contraturno para os alunos acima de 06 anos de idade
Cultura	“Levar as crianças e adolescentes conhecerem sua história e tradições e empenhar-se pela conservação de seus monumentos e preservação da sua natureza e do seu aspecto paisagístico.”	Projeto: Bela Vista: Nossas Vidas, Nossa História.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Rodas de Conversas 2. Pesquisas na comunidade 3. Culminância: Exposições, feiras, festas.
Assistência social	“Levar a família carente, através de um processo de conscientização, ao exercício da cidadania, conhecendo e usufruindo dos seus direitos, integrada na comunidade.”	<ol style="list-style-type: none"> 4. Projeto de Conscientização das famílias; 5. Projeto de Segurança Alimentar. 	<ol style="list-style-type: none"> 1.1. Visita às residências das famílias, realizadas pelas professoras no início de cada ano letivo. 1.2. Reuniões e palestras realizadas com as famílias. 1.3. Acompanhamento mensal do estado nutricional das crianças menores de 05 anos de idade, através do peso e medida. 1.4. Orientação alimentar mensal às mães, cujos filhos estão abaixo da linha do peso e crescimento. 1.5. Fornecimento de leite e verduras para famílias com crianças com problema de desnutrição; 1.6. Doações pontuais de cestas básicas às famílias que estiverem necessitando.

3.2 Área Educacional

Na área da Educação a Associação São José, por meio da Escola Conveniada Emílio Blanke, oferece a Educação Infantil, Primeira Fase do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos) e o Projeto Gente Feliz.

3.2.1 A Educação Infantil

Em relação á Educação Infantil, a Associação de São José oferece esta modalidade de ensino desde o ano de 1988, quando, por meio da Escola Associação São José, foi autorizada a ministrá-la pela Resolução 060 do CEE. Por meio do convênio firmado com a Secretaria Estadual de Educação em 1988, recebia os docentes para atuar na referida modalidade de ensino.

Porém, com a promulgação da LDB de dezembro de 1996, houve mudanças na forma de organização da Educação Nacional, no que tange às responsabilidades de atendimento a cada modalidade de ensino.

O art. 8º afirma que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. No § 2º do mesmo artigo estabelece que “os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta lei”.

Os artigos 9º, 10º e 11º, estabelecem as incumbências de cada ente federativo: União, Estados e Municípios. Dentre ás incumbências referentes aos Estados, está a responsabilidade de assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.

Já em relação aos Municípios, fica estabelecido no art. 11º, § 5º que estes devem:

[...] oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Diante às mudanças acima elencadas, no ano de 2003, o Estado de Goiás passou a responsabilidade para o município de Bela Vista do atendimento às

crianças matriculadas na Educação Infantil. E então a Associação de São José deixou de receber os professores cedidos pelo Estado e, então o convênio já existente entre a Entidade e a Prefeitura para a cedência dos recursos humanos (Lei nº865 de 20.11.1990) foi ampliado e estendeu também aos docentes para a Educação Infantil.

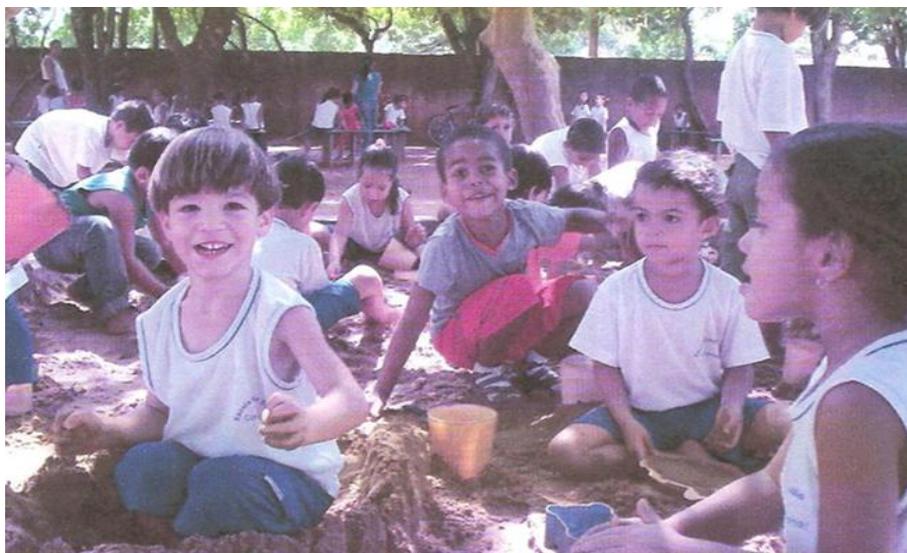
Conforme explicitado no capítulo anterior, os dados do censo do IBGE de 2010 revelam que no município de Bela Vista de Goiás havia 387 crianças com idade entre 04 e 05 anos matriculadas na Educação Infantil, distribuídas nas seis instituições da Rede Pública Municipal de Ensino.

O Relatório anual de Atividades de 2010 da Associação de São José evidencia que a Escola Emílio Blanke atendeu 100 dessas crianças neste ano, sendo 04 turmas no Centro do Bairro Santa Cruz e uma no Centro da Vila São Vicente, o que representa 26% do total de crianças da Educação Infantil, matriculadas na Rede Pública Municipal de Ensino.

De acordo com os dados contidos nos Relatórios anuais de atividades dos anos de 2011 e 2012 da Associação de São José, foram matriculadas na Educação Infantil da Escola Emílio Blanke no ano de 2011, 92 crianças, distribuídas em duas turmas de Educação Infantil I (04 anos) e duas de Educação Infantil II (05 anos)

No de 2012 a Escola Emilio Blanke atendeu 77 crianças de 04 e 05 anos, sendo que havia duas turmas de Educação Infantil I (04 anos) e duas turmas de Educação Infantil II (05 anos).

Figura 16 - Aula no Pátio da Escola



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

De acordo com justificativa expressa no Relatório de Atividades Anual de 2012 (p. 8), a diminuição do número de matrículas dos anos de 2011 e 2012 em relação a 2010 se deu pelo fato de, a partir do ano de 2011 não existir mais a turma de Educação Infantil do Centro São Vicente, a qual passou a ser atendida pela Escola Municipal São Vicente.

Uma problemática enfrentada pela Associação de São José em relação à Educação Infantil, segundo relatado pela atual presidente da Entidade, Esther, diz respeito à formação dos professores para atuar conforme as propostas para esta modalidade de ensino, uma vez que há uma rotatividade muito grande pelo fato de a maioria não ser concursada. Esta circunstância não favorece um processo eficaz de formação continuada em serviço dos docentes que atuam na Educação Infantil.

3.2.2 Primeira fase do Ensino Fundamental

A Associação de São José desde o ano de 1988 vinha desenvolvendo um trabalho de acompanhamento da aprendizagem dos alunos das escolas regulares do município de Bela Vista por meio do Projeto de jornada ampliada, que oferecia Orientação de Estudos e Reforço Escolar.

Porém, apesar dos esforços, a avaliação paralela contínua realizada pelos professores da Entidade revelava que os alunos matriculados na Escola Regular e que participavam no contra-turno das atividades socio-educativas da Associação São José, apresentavam, em geral, um nível de aprendizagem aquém da série ou ano em que se encontrava matriculado, mas, contraditoriamente, a percentagem de promoção na Escola Regular crescia a quase 100%.

Tal situação apresentada convenceu a Associação de São José a procurar outro rumo:

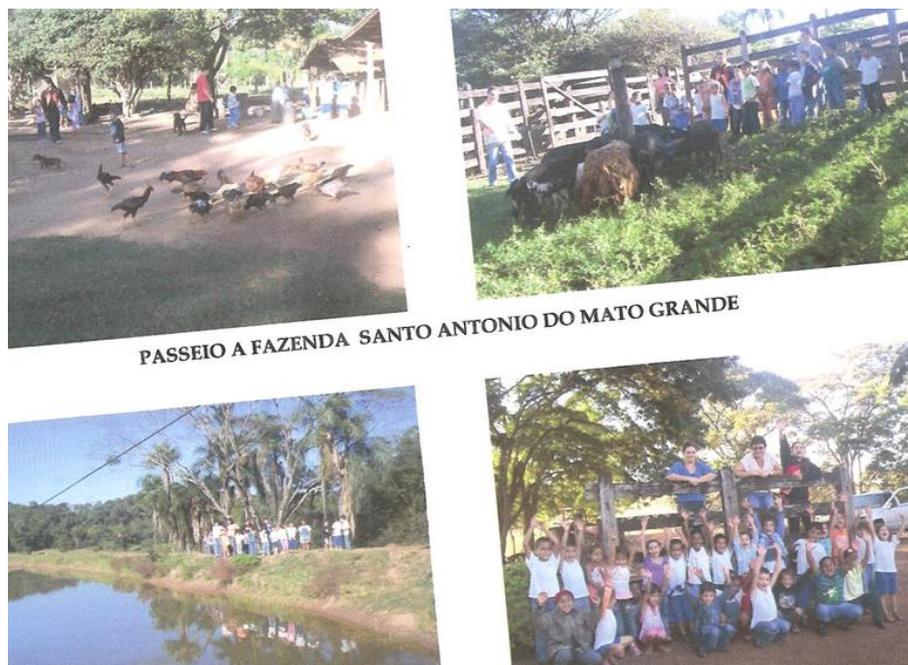
[...] decidiu canalizar toda essa capacidade de esforço e dedicação num trabalho de resultado: criar a sua própria escola de ensino fundamental, complementado-a com o Projeto de Educação para a Cidadania, por meio de ações socioeducativas no contraturno, o que redundaria, praticamente, numa escola de período integral. (Relatório Anual de Atividades de 2008, p. 45).

Deste modo, a ASJ, mantenedora da Escola Emílio Blanke, firmou um convênio com a Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás no final de 2007 para

instituir a Primeira Etapa do Ensino Fundamental no ano de 2008, de forma gradativa, sendo que no ano de 2008 seriam atendidos somente os alunos de 06 anos matriculados no 1º ano e de 07 anos matriculados no 2º ano.

Assim, no ano de 2008 foram matriculadas 56 crianças, divididas em duas turmas, uma de 1º ano e outra de 2º ano do Ensino Fundamental. De acordo com o explicitado a esse respeito no Relatório Anual de Atividades de 2008, a intenção da Associação São José era o de se tornar nos próximos anos, uma referencia educacional na cidade, oferecendo às crianças um ensino de qualidade, que permitisse o seu desenvolvimento integral em seus aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais e espirituais.

Figura 17 - Alunos do Ensino Fundamental numa Aula Campo



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

Para atingir esse ensejo, conforme está registrado no Relatório Anual de Atividades de 2008, (p. 46), a Associação de São José, por meio da Escola Emílio Blanke, se propôs a desenvolver as seguintes ações:

- Elaborar um currículo moldado sobre a identidade cultural da criança;
- Acompanhamento dos docentes pela equipe pedagogia da Entidade.
- Jornada ampliada através Projeto Gente Feliz, com acompanhamento da aprendizagem, aulas especiais e recuperação paralela;

- Oportunidade de desenvolvimento de valores e atitudes, através dos temas transversais, discutidos nas Rodas de Conversas;
- Oportunidade do exercício de atividades artísticas e desportivas, à escolha do aluno, dentro do Projeto Gente Feliz;
- Manutenção do frequente contato com as famílias, através de reuniões e visitas periódicas;
- Promover a formação continuada dos docentes em serviço, por meio de oficinas semanais, onde eles têm a oportunidade de trabalhar sua auto-aprendizagem e desenvolver atividades conjuntas como planejamento, estudo e pesquisa.

Figura 18 - Time de Futebol



A bola substituindo a ferramenta de trabalho

Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

Pelos dados apresentados nos Relatórios Anuais de Atividades da Associação de São José de 2008 a 2012 é possível perceber que a Escola Emílio Blanke tem procurado desenvolver um trabalho diferenciado nas turmas de 1º ao 5º Anos do Ensino Fundamental, tendo em vista a oferecer um ensino de qualidade, cujos resultados, não somente serão expressos por meio de notas ou conceitos, mas que verdadeiramente contribuam para que seus alunos se desenvolvam de forma integral.

Figura 19 - Aulas Contextualizadas



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

O Ensino Fundamental da Escola Emílio Blanke funciona praticamente em regime integral, conforme está explícito no Projeto Político Pedagógico da escola (2012, p. 13). Num turno, os alunos participam das atividades da Educação Formal e no contraturno, participam do Projeto Gente Feliz.

No ano de 2012, a Escola Emilio Blanke atendeu 174 crianças, distribuídas em 06 turmas de 1º ao 5º Anos.

A Associação de São José tem a convicção que, por meio da Escola Emílio Blanke, pode efetivar todos os seus projetos e contribuir para que as crianças e adolescentes sejam orientadas no caminho do conhecimento, estimulados a raciocinar, resolver questões com o máximo de autonomia, interagir na comunidade em que estão inseridos, trilhar num caminho em busca da sua emancipação.

Para alcançar a concretização de tarefas tão complexas citadas anteriormente a Escola Emílio Blanke utiliza-se das seguintes estratégias:

- Currículo básico elaborado de acordo com as especificidades da realidade dos alunos;
- Formação continuada em serviço dos professores por meio de oficinas presenciais semanais;
- Reuniões mensais para avaliação e planejamento, em conjunto, das atividades pedagógicas de cada mês;
- O suporte de uma equipe de coordenadores pedagógicos capacitada para auxiliar os professores em suas dificuldades;

- Aulas significativas, planejadas de acordo com as necessidades dos alunos e acompanhadas pelos coordenadores;
- Avaliação contínua da aprendizagem dos alunos e reorientação do planejamento das atividades pedagógicas;
- Jornada Ampliada: Desenvolve no contraturno atividades socioeducativas com a programação adequada ao ritmo, características e dificuldades de cada criança e adolescente.

3.2.3. Projeto Gente Feliz

O Projeto Gente Feliz desenvolve “um conjunto de atividades socioeducativas com crianças e adolescentes de 06 a 16 anos, visando o desenvolvimento de todas as suas potencialidades e a sua formação como cidadãos.” (Relatório Anual de Atividades de 2012, p. 9). Tem os mesmos objetivos dos anos anteriores; porém algumas das atividades socioeducativas modificaram para atender ao interesse das crianças e adolescentes.

Desse projeto participam as crianças matriculadas no turno oposto, na Educação Formal da Escola Emílio Blanke; ou seja, os alunos das turmas de 1º ao 5º Anos do Ensino Fundamental e adolescentes matriculados em outras Escolas de Educação Formal, que cursam os Anos Finais do Ensino Fundamental- de 6º ao 9º Anos.

As atividades socioeducativas compreendem dois núcleos, como já explicado no capítulo anterior, Núcleo Básico de Atividades e Núcleo e Núcleo Específico de Atividades, abaixo descritos.

- **Núcleo Básico de Atividades:**

1. Orientação de Estudos;
2. Rodas de Conversa;
3. Projeto de Alfabetização e Letramento;
4. Educação Ambiental;
5. Educação Nutricional;
6. Alfabetização digital.

- 1. Orientação de Estudos** - A Escola Emilio Blanke recebe no contraturno os alunos provenientes de outras escolas, matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental, e os alunos da própria escola. Oferece-lhes suporte nas tarefas, priorizando o desenvolvimento da sua iniciativa e autonomia.
- 2. Rodas de Conversas** - A roda de conversa é um instrumento usado pela Escola Emílio Blanke como um recurso de rotina, dinâmico e significativo. Nas rodas de conversa discute-se sobre os temas dos projetos desenvolvidos e sobre hábitos e valores de cidadania. As crianças e adolescentes aprendem a falar, a escutar, a expor as suas ideias e a respeitar as ideias dos outros.

Figura 20 - Rodas de Conversas



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

- 3. Projeto de Leitura** - Consciente da importância da leitura no desenvolvimento escolar, a Escola Emílio Blanke desenvolve Projetos de Leitura com todos os alunos e grupos de alfabetização e Letramento para os alunos com dificuldade na leitura.

Figura 21 - Grupos de Leitura



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

- 4. Educação Ambiental** - Desenvolve Projetos de Educação Ambiental com o intuito de conscientizar as crianças e adolescentes sobre a importância da conservação do nosso ambiente.

Figura 22 - Projeto sobre o Meio Ambiente



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

- 5. Educação Nutricional** - A Escola Emílio Blanke conserva do início da história da Associação de São José, a Educação Alimentar e Nutricional que está incluída no currículo da Escola. Oferece uma alimentação sadia, através de refeições (PNAE) reforçadas com legumes produzidos nas hortas da Entidade, localizadas no Centro São Vicente.

Figura 23 - Hora da Alimentação



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

Figura 24 - Hortas da Vila São Vicente



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

Figura 25 - Projeto de Segurança Alimentar



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

6. Alfabetização Digital- todos as crianças e adolescentes entre 6 e 16 anos frequentam o laboratório de informática uma vez por semana para terem contato básico com o computador, haja vista que a maioria deles, não tem computador em casa. Também é oferecido aos alunos matriculados a partir do 2º Ano e aos pais e adultos da comunidade, o curso básico de informática.

Figura 26 - Alunos Jogando Voleibol



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

Figura 27 - Aula de Informática

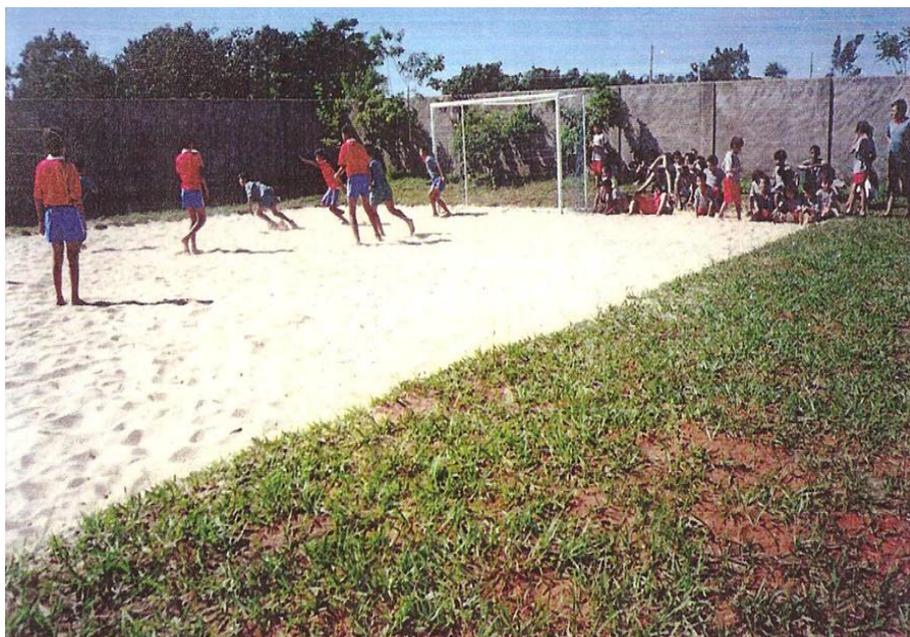


Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

1. Núcleo Específico de Atividades:

2. Atividades esportivas: Esporte, Recreação e Lazer - No Esporte são oferecidos jogos de futebol e de voleibol, acompanhados por um monitor. Em relação à Recreação e Lazer, como a Escola dispõe de um pátio grande e sombreado, as crianças e adolescentes participam de recreação livre e dirigida.

Figura 28 - Futebol de Areia



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

3. Atividades Artísticas - As atividades artísticas ocupam um lugar em destaque nas propostas socioeducativas. São oferecidas inúmeras oportunidades para que as crianças e adolescentes desenvolvam a arte do desenho e da pintura.

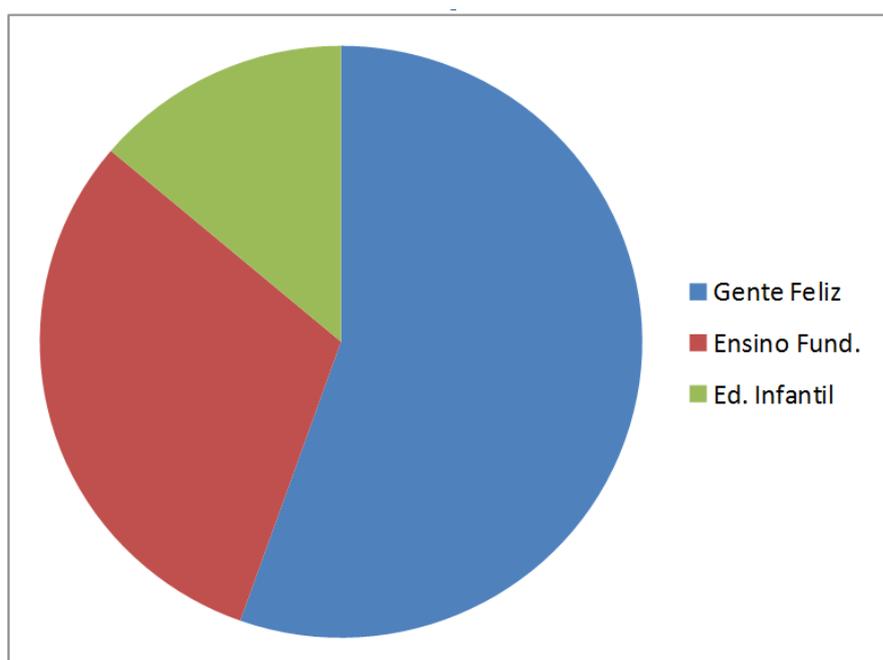
Das atividades que compõem o núcleo básico, todos os adolescentes participam em conjunto e estas fazem parte da rotina diária; já as atividades do núcleo específico, são de livre escolha dos alunos e eles participam em grupos e horários alternados.

As atividades socioeducativas desenvolvidas no Projeto Gente Feliz assumem importância significativa na concretização da proposta de emancipação da Associação de São José, pois possibilitam às crianças e adolescentes situações e espaços diferenciados para contribuir na sua formação cidadã.

No ano de 2012 a Escola Emilio Blanke atendeu 315 crianças e adolescentes no Projeto Gente Feliz, sendo 174 alunos da própria escola, matriculados no Ensino Fundamental e 141 alunos de outras escolas do município.

A Associação de São José, por meio da Escola Emílio Blanke desenvolveu suas atividades socioeducativas no ano de 2012 com 566 crianças e adolescentes do município de Bela Vista de Goiás, matriculadas nos três projetos que compõem a Área Educacional. O gráfico a seguir demonstra o número de matriculados em 2012 por projeto.

Gráfico 2 - Distribuição de Matrículas em 2012



Fonte: Elaborado pela Pesquisadora

Em síntese, os três projetos da Área Educacional desenvolvidos pela Escola Emílio Blanke, nos dias atuais, são instrumentos importantes utilizados pela Associação de São José e os quais contribuem para a emancipação das crianças e adolescentes matriculados nos projetos. No entanto, pelo que pudemos observar no dia-a-dia da Escola Emílio Blanke, o Projeto Gente Feliz constitui-se como responsável pela preservação dos objetivos iniciais da Associação de São José: Contribuir para a formação cidadã de todos os envolvidos com a Entidade e a concretização de fato, desses objetivos.

Figura 29 - Trabalhos Artísticos Realizados pelos Alunos



Fonte: Acervo da Associação de São José

Após análise dos relatórios e outras documentações, como também a partir das entrevistas e observações realizadas, compreendemos que a Associação de São José, durante os 25 anos de história, visando promover um trabalho com êxito, na perspectiva de desenvolver uma educação para a conquista da cidadania, foi reavaliando e readaptando suas ações para atingir esse objetivo, conforme a necessidade e especificidades de cada época.

3.3 Área Cultural e de Assistência social

Como já apresentado anteriormente, a Escola Emílio Blanke é considerada pela Associação de São José como sendo o instrumento principal para a consecução dos seus propósitos.

Sendo assim, os objetivos em relação às Áreas Cultural e de Assistência social estão interligados com a Área Educacional, uma vez que a Entidade acredita que a Educação, em suas diferentes modalidades, pode contribuir para a mudança social.

Neste sentido, em relação à Área Cultural, são desenvolvidos com as crianças e adolescentes do Projeto Gente Feliz, projetos pedagógicos com o intuito de “despertar-lhes a auto-estima, o respeito por si próprios e pelos outros, bem como levá-los a valorizar sua origem e conhecer a sua história e as dos outros.” (Relatório Anual de Atividades, 2012, p. 15).

Desde 2011 a escola está trabalhando o Projeto: “Bela Vista- Nossas vidas, Nossa história”. E as atividades principais pelas quais o projeto se concretiza são as Rodas de Conversas, as Pesquisas de campo e a Culminância de cada projeto por meio de exposições, feiras, entre outros.

Figura 30 - Trabalhos Artísticos Realizados pelos Alunos



Fonte: Acervo da Associação de São José

No que tange a Área de Assistência social, a Associação de São José continua o trabalho de conscientização e de Segurança Alimentar com as famílias das crianças e adolescentes matriculados nos projetos da Escola Emílio Blanke.

Para tanto, realiza atividades com vista a contribuir para a conscientização das famílias, através de um processo de conscientização, a fim de saibam exercer sua cidadania, conhecendo e usufruindo dos seus direitos, integradas nas comunidades em que estão inseridas.

As principais atividades utilizadas como estratégias para a concretização das finalidades desta área são:

- Visitas realizadas no início de cada ano letivo pelos professores do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Projeto Gente Feliz;
- Reuniões e palestras realizadas com as famílias das crianças e adolescentes;
- Orientação às famílias quanto aos hábitos alimentares, a educação dos filhos e acompanhamento do desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Figura 31 - Reunião com as famílias



Fonte: Arquivo particular da Associação de São José

Observamos que as visitas as residências das famílias, estratégia utilizada desde 1989, constitui-se essencial para que todos os projetos desenvolvidos pela Escola Emílio Blanke alcance êxito; uma vez conhecendo a realidade das crianças e adolescentes e estabelecendo uma parceria com as famílias, a escola tem a oportunidade de planejar suas ações a partir das necessidades e especificidades de cada um deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Associação de São José revelou que no decorrer dos 25 anos de atuação no município de Bela Vista de Goiás, muitas ações foram efetivadas a fim de contribuir para que as famílias de baixa renda, com quais se propôs trabalhar, pudessem por meio da conscientização e orientação, lutar para a concretização da sua cidadania plena.

Sabemos que tal tarefa não é nada simples, já que vivemos numa sociedade em que a lógica predominante é a do mercado e cujos fundamentos são o antagonismo e a exploração dos mais fracos, que geram muitas desigualdades.

O público alvo da Associação São José, sem dúvidas, constitui-se dessa classe social, explorados, que, por consequência de uma sociedade desigual e injusta, sofrem por não terem seus direitos básicos garantidos. E o Estado que deveria garantir o bem-estar de todos os seus cidadãos, ao contrário, permite se reduzir a um “Estado Mínimo”, abrindo espaço assim, para a disseminação das ideias neoliberais.

Resultado desta situação é o acirramento das desigualdades sociais, o que justifica o surgimento e expansão de instituições não-governamentais na década de 80 sob o discurso de lutar pela garantia dos direitos dos cidadãos desamparados pelo Estado.

A maioria dessas instituições, marcadas por subjetividades nas parcerias entre o setor público e privado, desenvolviam ações de cunho compensatórias. Por esse motivo, muitas destas não se configuraram como instituições que verdadeiramente contribuía para a emancipação dos sujeitos envolvidos.

A Associação de São José surgiu neste contexto da década de 80, com propósitos não somente de dar assistência, mas sobretudo, de levar as famílias pobres, seu público alvo, à emancipação.

No entanto, nos primeiros anos, em que era coordenada pelo vigário da Paróquia Nossa Senhora da Piedade, a Entidade desenvolveu seu trabalho baseado na caridade e no assistencialismo.

Com o desligamento da Associação de São José da Paróquia no ano de 1989 e a mudança de Emílio e Esther da Holanda para Bela Vista de Goiás, estes assumiram a coordenação da Entidade e os propósitos iniciais foram resgatados.

As ações efetivadas a partir daí objetivam a emancipação das famílias atendidas; a Entidade abandona o caminho da caridade e assistencialismo percorrido até então e coloca nesse lugar a crítica ao capitalismo, ou seja, a exploração. Passa então, conceber aquelas pessoas atendidas como seres humanos portadores de direitos.

Assim, mesmo com o advento e proliferação do neoliberalismo, o casal protagonista consegue continuar com o projeto de Segurança Alimentar, patrocinado pela SOH articulando-o às ações sócioeducativas. Primeiro essas ações se baseavam na Educação Não-formal, caracterizada pelo Reforço Escolar e Orientação de Estudos no contraturno e num segundo momento, após o término do Convênio com a SOH, começou a desenvolver também o projeto da Educação Formal, por meio da Escola Emílio BLanke.

A Escola Emilio Blanke então passa a ser a articuladora de todos os projetos desenvolvidos pela Associação de São José, concebida como principal instrumento de libertação.

Marx acrescenta a esse respeito que nessa construção para a transformação social a Educação não tem o poder para resolver todos os problemas, mas tem muito a contribuir, avançando nos espaços com a construção de fontes de inclusão, quando se tem como referência o nós e não o EU.

É nesse sentido, que é necessário fazermos a auto-crítica dos trabalhos realizados, assim como feito pelo casal Emilio e Esther, por meio de avaliações constantes para identificar se as ações adotadas estavam realmente causando o efeito esperado de levar as famílias a alcançarem de fato, a cidadania.

Pelo que vimos esses momentos de avaliação e replanejamento das ações a serem executadas eram feitas no coletivo com todos os associados da Entidade. Sabemos da importância de realizar as tarefas sempre de forma coletiva, pois esta é a forma de lutar contra a direita; dizer a verdade sobre a exploração, tomando como responsabilidade publicizar as mazelas da sociedade capitalista e tornar as crianças e adolescentes mais preparados para lidar com essa situação.

É preciso que tenhamos consciência que as tarefas educativas podem ser críticas e transformadoras da realidade que vivemos. Que a Educação em suas diferentes modalidades, pode ajudar no desvelamento da realidade; sempre no sentido da ampliação do conceito de classe e justiça social.

Em vista dos argumentos elencados, acreditamos que o trabalho desenvolvido pela Associação de São José apresenta uma especificidade por meio das ações sócioeducativas que realmente contribuem para a constituição de cidadãos conscientes que podem modificar a sua realidade e sair da situação de meros espectadores para o de protagonistas em busca de uma sociedade melhor.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

ANDRADE, Sonia Lucia Lucena Sousa de. **Curso de formação continuada para agentes de segurança alimentar e nutricional sustentável: histórico de movimentos de SANS no Brasil**, 2008. Disponível em: www.consea.mg.gov.br/siteconsea/Arquivos/Proposta%20curso%202008.pdf– Acesso em: 10 maio 2013.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, a. XVII, n. 50, p. 78-86, abr. 1996.

_____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

APPLE, Michel. **Conferência: Teoria crítica, lutas políticas e cidadania: pode a educação mudar a sociedade?** In: X SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPGE. Faculdade de Educação - UFG. 30 ago. 2013.

AZEVEDO, Janete M. L. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

BENTO, Leonardo Valles. **Governança e governabilidade na Reforma do Estado: entre eficiência e democratização**. Barueri, SP: Manole, 2003.

BETTO, Frei. **A fome como questão política**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, jan. 2004. (Caderno de Estudos, 02).

BOFF, Clodovis. **Teologia e prática**. Teologia do político e suas mediações. Petrópolis: Vozes, 1981.

BOITO, Armando. O Governo Lula e a Reforma do Neoliberalismo. **Revista Adusp**, 2005.

BORDIN, L. **O marxismo e a teologia da libertação**. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1987, pp. 68-71; 132-142.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 jul.1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação:** Lei 9.394-96. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

CASTRO, Josué. **A geografia da fome.** A fome no Brasil. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

_____. **O livro negro da fome.** 4. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1960b.

_____. **Geopolítica da fome.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968a. v. 1, p. 9-210; b. v. 2, p. 211-467.

CERISARA, Ana Beatriz. **Rousseau:** a educação na infância. São Paulo: Scipione, 1998. Série Pensamento e Ação no Magistério.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** 11. ed. São Paulo: Ática, 1999.

CONSEA. I Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Brasília: 1994.

DECLARAÇÃO de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação. Roma. Itália, 1996 Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso em: 18 abr. de 2013.

DEMO, Pedro. Brincando de solidariedade: política social de primeira-dama. In: SILVA, M. O. da S. (Coord.). **Comunidade Solidária:** o não enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Solidariedade como efeito de poder.** São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A educação pelo avesso:** assistência como direito e como problema. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FAO. **Cúpula Mundial sobre Alimentação / Plano de Ação.** Roma, 1996.

FAO. **Diretrizes Voluntárias para o Direito à Alimentação.** Roma, 2004.

FARIA, Ana Lucia Goulart de. O espaço físico como um dos elementos fundamentais para uma pedagogia da educação infantil. In: FARIA, Ana Lucia Goulart de; PALHARES, M. (Org.). **Educação infantil pós LDB.** Campinas: Autores Associados, 2000. p. 67-97.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro: educação e a construção democrática no Brasil. Organizadores Osmar Fávero, Giovanni Semeraro. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nacional, 1969.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GOHN, Maria da Glória. A ação da cidadania contra a miséria e pela vida ou Quando a fome se transforma em questão nacional. In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Formas de combate e resistência à pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, 1996. p. 23-57.

_____. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Antares, 1980. 361p.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995. 213p.

_____. **Educação não formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

IPEA. **O mapa da fome**: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. Brasília, DF, 1993. (Documento de Política, n. 14). 25p.

JONSSON, Urban. As causas da fome. In: VALENTE, Flávio Luís S. **Fome e desnutrição**: determinantes sociais. São Paulo: Cortez, 1986.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Trad. Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KUENZER, Acácia. **Por que investigar a relação entre educação e trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2005.

LOWI, Michael. A dialética marxista do progresso. In: BENZAÏD, Daniel; LÖWY, Michael. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000. p. 77-83.

MARX, K.; ENGELS, F. **Ideologia alemã**. Lisboa: Edições Avante, 1981.

_____. **Crítica da educação e do ensino**. Introdução e notas de Roger Dangeville. São Paulo: Moraes, 1983.

_____. **O capital**. Crítica da economia política - O processo de produção do capital - Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (capítulos XIII a XXV).

MDS. Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. **Programa de Restaurantes Populares**. Edital n. 01, Brasília, 2005.

MEDEIROS, M. **A trajetória do Welfare State no Brasil**: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Texto para Discussão n. 852. Rio de Janeiro: IPEA. 2001.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8. ed. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2003.

NETTO, José Paulo. **A crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2008. (p. 66-85).

Organização Mundial de Saúde - OMS. **Metodologia de la vigilancia nutricional**. Genebra: OMS, 1976.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). **Superando a desigualdade**: por que a governança é importante. Relatório de Monitoramento Global de Educação para todos. Paris: UNESCO, 2003.

ORSO, Paulino José. **Neoliberalismo**: Equívocos e conseqüências em Liberalismo e educação em debate. José Claudinei Lombardi e José Luis Sanfelice. (orgs.). Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2007. Col. Educação Contemporânea.

PACTO Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. Decreto nº 591, de 06 de Julho de 1992.

PARK, Margareth Brandini. Educação formal versus educação não-formal: impasses, equívocos e possibilidades de superação. In: FERNANDES, Renata Sieiro; PARK, Margareth Brandini (orgs.). **Educação não-formal**: contextos, percursos e sujeitos. Campinas, SP; UNICAMP/CMU; Holambra, SP: Editora Setembro, 2005. p. 67-90.

PEREIRA, Potyara. A assistência social no Brasil contemporâneo: dilemas e perspectivas de uma política social relutante. **Revista do Núcleo de Seguridade e Assistência Social** - PUC, São Paulo, p. 91-98, 1996.

RIZZO, Gilda. **Alfabetização natural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ROMÃO, M. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil. In: CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. **Distribuição de renda no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 97-120.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-84.

SANTOS, Leila Borges Dias; NETO, Arnaldo Bastos Santos. Reflexões em torno à crise do estado de bem-estar social. **R. Fac. Dir.** UFG, v. 32, n. 1, p. 61-75, jan./jun. 2008.

SILVA, A. C. **De Vargas a Itamar**: políticas e programas de alimentação e nutrição. Estudos Avançados. São Paulo, n. 23, jan./abr., 1995.

SIMSON, Olga Rodrigues Morais Von; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro (Org.). **Educação não formal**: cenários da criação. Campinas: Ed. UNICAMP - CMU, 2003.

THEODORO Mário Lisbôa. Os programas de apoio ao setor informal no Nordeste. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 12, jul./dez., Brasília, IPEA, p. 147-164. 1995.

TRILLA, J. **La Educacion fuera de la escuela**. Ambitos no formales y educación social. Barcelona. Ariel. 1996.

TURRADO, Verónica. **Habitação e Terceiro Setor**. Um estudo comparativo desenvolvido pelas ONGs da área habitacional, nas cidades do Rio de Janeiro (Brasil) e Córdoba (Argentina). Rio de Janeiro: PUC, 2002.

VASCONCELOS, F. A. G. **A política social de alimentação e nutrição no Brasil**: acumulação de capital e reprodução da fome/desnutrição (do Estado Novo à Nova República). João Pessoa, 1988. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Serviço Social, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

VALENTE, F. L. S. **Direito humano à alimentação**: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002.

DOCUMENTOS DA ENTIDADE:

ESTATUTO da Associação de São José. Bela Vista de Goiás. 1987.

ESTATUTO da Associação de São José. Bela Vista de Goiás. 1994.

ESTATUTO da Associação de São José. Bela Vista de Goiás. 2001.

ESTATUTO da Associação de São José. Bela Vista de Goiás. 2004.

ESTATUTO da Associação de São José. Bela Vista de Goiás. 2007.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 1987.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 1988.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 1989.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 1990.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 1991.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 1992.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 1993.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 1994.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 1995.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 1996.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 1997.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 1998.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 1999.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 2000.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 2001.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 2002.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 2003.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 2004.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 2005.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 2006.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 2007.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 2008.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 2009.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 2010.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 2011.

ASSOCIAÇÃO DE SÃO JOSÉ. **Relatório Anual de Atividades**. Bela Vista de Goiás. 2012.